

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

09 a 11/03/2019

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 27

A GAZETA - ES - CIDADES
TJES

Três vezes mais ações na justiça em dois anos, 4

CORREIO DO ESTADO - ES - SEGURANÇA
TJES

Agressores não se arrependem de atos contra mulheres, diz defensor público, 5

TV VITÓRIA - RECORD - ES - FALA ES
TJES

Mulheres vítimas de violência recebem suporte e apoio da Justiça, 6

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Mais de 1 milhão na Justiça, 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A violência só aumenta, 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No PR, 300 são presos em ação de combate à violência contra a mulher, 9

ES HOJE ONLINE - ES - CAPA
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

'Espaços de confinamento São a realidade de muitas mulheres', alerta Raquel, 10

TERRA ONLINE - SP - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O amor de um casal que adotou menino rejeitado por ter deficiência, 12

GAZETA ONLINE - ES - CIDADES
TJES

Violência contra a mulher: ações na Justiça triplicaram em dois anos, 14

UOL - SP - COTIDIANO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Espaços de confinamento São a realidade de muitas mulheres , alerta Raquel, 16

NOTÍCIA AGORA ONLINE - ES
TJES

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por 1 ano (Promoções), 18

GAZETA ONLINE - ES - BRASIL
TJES

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por 1 ano, 20

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
TJES

"Nunca me senti frágil na minha profissão", 22

DIARIO DO TRANSPORTE - BRASIL
TJES

Mau cheiro em ônibus rodoviário gera indenização a passageiras do Espírito Santo, 23

UOL - SP - ECONOMIA
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sem cemitério de aviões no Brasil, veja como é o fim da vida das aeronaves, 24

Segunda-Feira, 11 de Março de 2019

FOLHA VITÓRIA - ES - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TJES

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por 1 ano, 28

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES - GERAL
TJES

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por um ano, 30

CONSULTOR JURÍDICO - ARTIGOS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Conciliação e mediação? O critério trabalhista puro, 32

FOLHA - ON LINE - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Prisão de RO recebe metade da cúpula do PCC transferida ao sistema federal, 34

A GAZETA - ES - CIDADES
TJES

Acusado de matar dono de jornal vai a júri após 35 anos do crime, 36

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Mais de 970 mil ações à espera do Supremo, 37

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

'O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?', 38

FOLHA VITÓRIA - ES - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TJES

Às vésperas de completar 5 anos, caso Bernardo Boldrini será julgado, 41

UOL - SP - POLÍTICA
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?, 43

CNJ - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ Serviço: como é feita a gestão financeira da saúde no Brasil?, 45

CNJ - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Aberta seleção de artigos para terceira edição da Revista CNJ, 46

CNJ - NOTÍCIAS
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Conselheiros se reúnem nesta terça para a 286ª Sessão Ordinária, 47

NOTÍCIA AGORA ONLINE - ES
TJES

Padrasto é preso suspeito de abusar da enteada de 6 anos em Jaguaré (Promoções), 48

GAZETA ONLINE - ES - POLÍCIA
TJES

Padrasto é preso suspeito de abusar da enteada de 6 anos em Jaguaré, 49

| VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | TRÊS VEZES MAIS AÇÕES NA JUSTIÇA EM DOIS ANOS

Foram mais de 28 mil processos de violência doméstica em 2018

ALINE NUNES
anunes@redgazeta.com.br

A violência doméstica tomou proporções tão alarmantes no Estado que, somente de processos em andamento no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o número triplicou: de 9.508 ações, em 2016, para 28.699, no ano passado. É uma variação de 202%, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O segundo lugar na pesquisa, Goiás, teve um aumento bem menor, da ordem de 70%.

O crescimento, na verdade, já foi significativo de um ano para outro, uma vez que, em 2017, foram registrados 28.560 casos, e o alto volume de denúncias persistiu em 2018.

Para a procuradora de Justiça, Catarina Cecin Gazele, os dados sugerem que o Judiciário não está conseguindo responder com celeridade devido ao número de ações que tem chegado por violência doméstica.

"A expressão 'casos pendentes' significa que não houve julgamento e está em andamento uma ação penal. O que pode ter acontecido nos últimos anos é a magistratura não estar dando conta de julgar. O problema é que a falta de julgamento pode trazer aquele fenômeno social e jurídico: a impunidade", opina.

Catarina Gazele pondera, no entanto, que a demora pode ter relação com

a complexidade dos casos em análise, como dificuldade de comprovação, por exemplo. Isso porque a violência não se restringe à agressão física, que deixaria marcas, e uma ameaça, cárcere privado, pressão psicológica não são tão fáceis de ser identificados. "A complexidade do conjunto probatório pode atrasar bastante uma ação", observa.

Enquanto os processos se acumulam, mulheres se mobilizam para dar visibilidade ao problema. Ontem, no Dia Internacional da Mulher, dezenas foram às ruas do Centro de Vitória para protestar contra a violência que sofrem diariamente.

DENÚNCIAS

A juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de enfrentamento à situação de violência doméstica e familiar, atribui o alto índice de processos no Estado ao fato de mais mulheres denunciarem os abusos.

"Toda a rede de apoio está trabalhando muito e as mulheres estão tomando mais conhecimento de seus direitos e correndo atrás. Há uma confiança maior nessa rede do que há três anos", argumenta.

Questionada se o volume também não representa morosidade da Justiça, Hermínia Azoury discorda. "Quando se fala em casos pendentes, é que estão em curso. As vezes, a própria vi-



Em marcha no Centro de Vitória, manifestante faz alerta sobre mortes de mulheres



Protesto contra violência teve adesão feminina

OPINIÃO DA GAZETA

QUEBRANDO O SILÊNCIO

◀ O crescimento do número de processos expõe a dimensão absurda da violência, mas também mostra que as mulheres estão se sentindo mais seguras para denunciar seus agressores. É o silêncio que está sendo quebrado. Por isso, é tão importante que os canais continuem se abrindo, com políticas públicas que estimulem a reação e, assim, consigam inibir cada vez mais o comportamento violento masculino.

tima não quer representar, mas hoje, pela lei, querendo ou não, tem ação penal. Isso pode dificultar um pouco o andamento", justificou.

O Tribunal de Justiça não explica o porquê do aumento mas, por nota, informa que o crescimento pode ser ainda maior. "Os números estão sujeitos a ajustes, face ao levantamento que está sendo realizado perante todos os juízes com jurisdição em violência doméstica, o que pode resultar em um aumento nos números apresentados. Todavia, a

evolução das medidas preventivas no período de 2016 a 2018 (6.686 para 10.828) por si só traz preocupação no tocante ao aumento da prática de violência doméstica, dado que nos leva a uma profunda reflexão quanto à eficácia dos mecanismos de orientação e prevenção social que objetivam inibir a continuidade e crescimento de condutas dessa natureza. O Poder Judiciário está atento e agindo com rigor no cumprimento do seu papel perante a sociedade", diz a nota.

Estudiosa diz que teve vergonha de denunciar

◀ Mesmo com o número de processos na Justiça por violência doméstica beirando os 30 mil, quebrar o ciclo de violência e tomar coragem para denunciar o agressor muitas vezes não é simples. Os motivos que impedem mulheres agredidas ou violentadas de procura-

rem ajuda são os mais diversos. A professora da Ufes Márcia Barros Ferreira Rodrigues, contou, em entrevista à Rádio CBN Vitória, que teve vergonha de ir à delegacia.

Ela, que é doutora em História Social, professora do departamento de Ciências Sociais da Ufes e coor-

denadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da universidade, afirmou que foi justamente o fato de pertencer ao meio acadêmico que a impedia de procurar ajuda. "No meu caso, era vergonha de ser professora universitária e que estuda justamente a violência. Não tive coragem

de chegar em uma delegacia e denunciar", revelou.

Além disso, a professora conta que teve medo de se deparar no local com algum de seus ex-alunos. "Dei aula para muitos que hoje são policiais. Demorei muito para poder falar sobre isso publicamente. Não foi fácil. Imagina mulheres em si-

tuações mais vulneráveis que a minha?", questiona.

SILÊNCIO

A professora afirma que os motivos para o silêncio são diversos e que a questão é complexa. "A pessoa pensa que é porque o outro bebeu, porque de alguma forma ela provocou ciúmes, ou até

porque a vítima depende do agressor financeiramente."

Segundo pesquisa recente encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 52% das vítimas não falaram sobre o caso nem mesmo para familiares ou amigos. Apenas uma em cada dez procura uma delegacia da mulher.

SEGURANÇA E JUSTIÇA

Agressores não se arrependem de atos contra mulheres, diz defensor público

Constatação foi feita durante audiências de custódia realizadas no Estado durante o período do Carnaval

Durante as audiências de custódia realizadas no Centro de Triagem de Viana (CTV) durante o Carnaval, a Defensoria Pública do Espírito Santo identificou que grande parte dos flagrantes levados a juízo foram por atos de violência praticados contra mulheres. Outro dado colhido pela Instituição é que os autores desses crimes não demonstraram qualquer arrependimento, quando questionados sobre os motivos que os levaram a praticar tais atos.

Segundo Raphael Rangel, defensor público que estava nas audiências de custódia da segunda-feira de carnaval e da quarta-feira de cinzas no CTV, 85% das pessoas,

to e 15% por outros tipos penais.

“O fato dos crimes descritos na Lei Maria da Penha liderarem essa triste lista já foi motivo de surpresa, mas o dado mais espantoso foi verificar que as pessoas que cometiam esses crimes não apresentavam qualquer grau de culpa ou arrependimento. Pior que isso, na maioria dos casos, os homens presos acreditavam que a razão deles estarem presos no CTV não era porque tinham ameaçado, batido ou até espancado suas parceiras, mas sim porque elas tinham comunicado para as autoridades policiais os seus atos”, revela o defensor.

Rangel avalia que o estímulo dos

crimes, para que homens que ameçam ou agredam suas parceiras sejam identificados e disciplinados para não mais praticarem esse crime.

Audiência de Custódia

As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2015, como previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica), tratado internacional do qual o Brasil é signatário.

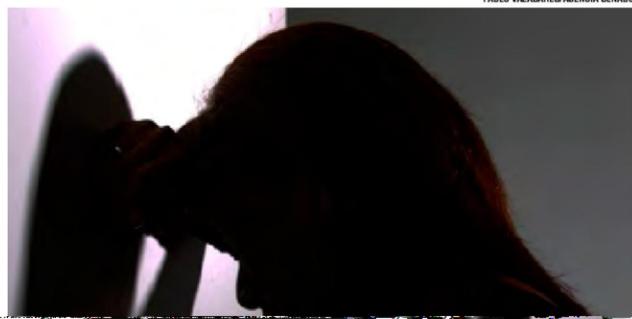
Desta forma, toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, é obrigatoriamente

apresentada em audiências de custódia realizadas nas comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

No CTV, essas audiências são conduzidas por um juiz de direito do TJES e integradas por um membro do Ministério Público Estadual e

um membro da Defensoria Pública Estadual. Nas hipóteses em que a pessoa presa em flagrante de delito venha a constituir um advogado para defendê-la, o membro da Defensoria Pública Estadual não atua em favor dessa pessoa.

PABLO VALADARES/AGÊNCIA SENADO



na política pública voltada para a redução da violência
100 por cento de famílias
de uma política pública
voltada para a redução
da violência
de uma política pública
voltada para a redução
da violência
de uma política pública
voltada para a redução
da violência

Mulheres vítimas de violência recebem suporte e apoio da Justiça

Fernanda Batista

TAG: JUSTIÇA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, FEMINICÍDIO,
ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA DOMÉSTICA,
JUÍZA HERMÍNIA AZOURY, ÔNIBUS DA LEI MARIA
DA PENHA, FUNCIONÁRIAS DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESPIRITO SANTO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/03/09/090319_tvvitoria_falaes_tjes_mulheres.mp4

Mais de 1 milhão na Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem que o número de processos de casos de feminicídios só cresce. Os dados são registrados desde 2016 e hoje mais de um milhão de casos aguardam resolução na Justiça.

Também houve aumento do número de casos registrados no País. Em 2016, foram 3.339 feminicídios. Já em 2018, foram 4.461 casos.

Os tribunais de Justiça destacam o crescimento no número de processos pendentes relativos à violência contra a mulher.

Em 2016, eram quase 892 mil ações aguardando decisão da Justiça. Dois anos depois, esse número cresceu 13%, superando a marca de um milhão de casos. Os dados foram consolidados pelo Departa-

mento de Pesquisas Judiciárias.

O número de sentenças de medidas protetivas aplicadas também cresceu. No ano passado, foram concedidas cerca de 339.200 medidas – alta de 36% em relação ao ano de 2016, quando foram registradas 249.500 decisões dessa natureza.

Entretanto, os números de casos de feminicídio que tramitam no País foram revisados pelos tribunais de Justiça, passando de 10 mil para 4.461. Especialmente três tribunais, Paraná, Rio Grande do Norte e Goiás, atualizaram seus dados, impactando para baixo os números anteriormente divulgados.

A publicação de relatórios foi definida na Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A violência só aumenta

» RENATO SOUZA

A covardia contra mulheres está em ascensão no Brasil. É o que revelam dados levantados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde 2016, quando os casos de feminicídio começaram a ser monitorados, as ocorrências só aumentam. Entre o ano de início dos registros e 2018, os assassinatos de mulheres praticados por pessoas que tinham algum tipo de relação com a vítima, subiram 34%, passando de 3.339 para 4.461.

No ano passado, de acordo com o CNJ, o número de ações abertas na Justiça por mulheres agredidas ultrapassou um milhão. Em 2016, foram 896 mil. Ao menos 339,2 mil medidas protetivas foram concedidas, o que representa elevação de 34% no período pesquisado.

Até 2007 — quando foram criados varas e juzgados especializados no combate à violência contra a mulher —, os crimes contra a vida delas eram classificados como homicídios comuns ou tentativas, mesmo que o autor tivesse algum tipo de relação de parentesco ou proximidade com a vítima. Essa abordagem mascarava os ataques ao sexo feminino em todas as unidades da Federação e dificultava qualquer ação do poder público para tentar combater o problema.

A lei do feminicídio entrou em vigor há quatro anos. A partir daí, o crime passou a ter agravantes legais e pode ser contabilizado de forma separada dos demais atos contra a vida. O próprio Poder Judiciário agiu para criar políticas de punição aos agressores. Delitos que se enquadram na Lei Maria da Penha, que traz garantias legais para as vítimas, podem ter a tramitação acelerada em mutirões realizados pelas autoridades.

A lei mais rígida, porém, ainda é insuficiente para frear a mortalidade de mulheres no Brasil. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, uma mulher é assassinada a cada duas horas no país. Além disso, 42% delas são agredidas em casa. Em número de mortes, o Brasil fica atrás apenas de El Salvador, Guatemala, Colômbia e Rússia. O condenado por esse tipo de crime pode pegar de 12 a 30 anos de prisão.

No PR, 300 são presos em ação de combate à violência contra a mulher

CURITIBA Uma operação deflagrada pela Polícia Civil do Paraná desde o último sábado (2), prendeu ao menos 278 homens suspeitos de violência contra a mulher — cinco por feminicídio tentado ou consumado.

Os dados dizem respeito a casos ocorridos apenas nos últimos sete dias, atendidos pelas polícias Civil e Militar e pelas guardas municipais, em pelo menos 25 cidades do Paraná.

Até o início desta sexta (8), haviam sido cumpridos 237 prisões em flagrante e 41 mandados de prisão cautelar, a grande maioria por agressão ou ameaça.

O objetivo da ação é conscientizar a população sobre a violência contra a mulher, e alertar as vítimas a denunciarem as agressões.

O Paraná é um dos estados com maior número de feminicídios, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

'Espaços de confinamento São a realidade de muitas mulheres', alerta Raquel

Redação Multimídia ESHOJE

A procuradora-geral Raquel Dodge: "Precisamos que as leis que proibam discriminação, que vedem diferenciação e que garantam direitos para as mulheres sejam efetivamente cumpridas. As barreiras invisíveis nas instituições, na vida pública e na vida privada precisam ser ultrapassadas."

Raquel fez a declaração nesta sexta, 8, em evento na sede da Procuradoria-Geral, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

Ela ressaltou que quando há mudanças nos diálogos no âmbito pessoal e doméstico, o diálogo dentro das instituições também muda.

"É possível que ocupemos os espaços que quisermos e desejarmos ocupar para que sejamos o que queremos ser, e não o que nos impõem, o que nos restringem", disse.

E alertou. "Espaços de confinamento são a realidade de muitas mulheres na vida privada e na vida pública no nosso país."

A PGR destacou que as políticas públicas 'devem ser inclusivas para que, de fato, exista uma sociedade fraterna, justa e solidária, como previsto na Constituição'.

A deputada federal Joenia Wapixana, a primeira mulher indígena que conquistou uma vaga na Câmara dos Deputados, falou sobre a baixa representatividade feminina no Legislativo.

A parlamentar destacou que apenas 15% da Casa é ocupada por mulheres, sendo que o parlamento de outros 150 países têm maior representação feminina.

"Não é fácil nascer e ser mulher no Brasil. Temos de provar ser capazes, ter habilidade, competência na nossa profissão, mostrar que a gente não perde a nossa identidade, no meu caso indígena, mostrar que eu posso continuar exercendo minha profissão, usando minha cidadania sem perder minhas origens indígenas", destacou Joenia Wapixana.

A deputada reforçou que 'as mulheres, com muita garra, conquistaram muitos direitos em busca da equidade e que, exatamente por isso, não pode haver retrocessos'.

As representantes do Conselho Nacional do Ministério Público e do **Conselho Nacional de Justiça** falaram sobre a carreira das procuradoras no âmbito das unidades do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos estaduais.

Elas reconheceram que 'a pauta de equidade de gênero está cada vez mais presente nas instituições, o que é extremamente relevante para que as mulheres da carreira possam ter espaço para falar e serem ouvidas'.

A procuradora regional da República da 4.^a Região Carmen Elisa Hessel destacou dois desafios a serem vencidos em relação à representatividade feminina no âmbito dos MPs: questões raciais aliadas ao gênero e mais mulheres nos cargos de chefia e nos órgãos colegiados.

Sobre a importância da presença de mulheres nas carreiras do Ministério Público, a promotora Maria Gabriela Mansur assinalou que 'o olhar feminino é relevante nos casos, por exemplo, de violência doméstica e abusos sexuais'.

Ela pontuou que 'a representatividade na carreira deve levar em consideração aspectos quantitativos e, principalmente, qualitativos'. A promotora ressaltou 'a importância do incentivo às mulheres de ocuparem postos de liderança e sugeriu a instituição de um tipo de premiação, um reconhecimento formal às instituições que promovam e estimulem o empoderamento feminino'.

"O importante é mostrar para a mulher que ela é capaz de estar em todas as discussões, falar sobre todas as matérias e ocupar todos os espaços públicos e privados. As mulheres não devem ser isoladas para lidar com temas específicos", reforçou Maria Gabriela Mansur.

A promotora destacou que é importante também incluir os homens nas discussões relacionadas à equidade de gênero.

Presidência da República - Na cerimônia promovida pela Presidência da República a PGR traçou um breve histórico sobre os direitos conquistados, ao longo dos anos, pelas mulheres brasileiras e reforçou que o empoderamento feminino estimula fraternidade e fortalece a sociedade inteira.

"Ajuda a criar uma comunidade que viva dignamente e respeite cada um de seus integrantes como iguais entre si", salientou Raquel.

Ela ponderou que a reivindicação das mulheres é por igualdade de tratamento e de oportunidades, e também por vedação a qualquer tipo de discriminação.

"A pretensão de igualdade significa convivência harmônica com os homens, sem competição, como expressão do desejo de sermos reconhecidas como iguais em direitos e dignidade."

Estadão Conteúdo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site: <http://eshoje.com.br/espacos-de-confinamento-sao-a-realidade-de-muitas-mulheres-alerta-raquel/>

O amor de um casal que adotou menino rejeitado por ter deficiência

Caio Nascimento*

Era 2014 quando Maria** deu à luz Daniel com a surpresa de que o filho nasceu com hidrocefalia e mielomeningocele - quando parte da medula espinhal se desenvolve fora do corpo. O diagnóstico levou a mulher a desistir de criar o garoto e entregá-lo para a adoção, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo.

A decisão da mãe biológica fez o bebê vivenciar a rejeição com menos de um mês de vida: ele foi recusado por 90 casais e entrou para o grupo de meninos e meninas fadados a ficarem para sempre nos abrigos do Brasil. Segundo dados atualizados do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, apenas um em cada dez interessados em adotar aceita crianças de até seis anos com deficiências físicas ou mentais. Quando ultrapassam essa idade, a adoção se torna praticamente impossível.

Diante disso, já não havia muita esperança de encontrar um lar para Daniel, até que Diego Oliveira e seu marido Leandro apareceram em sua vida em outubro de 2016, quando ele tinha um ano e cinco meses de idade. O casal já queria conhecê-lo antes de visitar a casa de acolhimento e, ao chegar no local, tiveram o sentimento de paternidade assim que viram o garoto. Chamamos o Dani pelo nome e ele veio engatinhando em nossa direção pedindo colo. Naquele momento, sabíamos que ele tinha nos escolhido. Senti que a nossa família estava completa , recorda Diego.

Os dois sonhavam em ter um filho e não viam problema com as características de Daniel. No entanto, o ato de amor não impediu que o preconceito surgisse. Não teríamos como escolher se fosse biológico, mas as pessoas entendiam nossa adoção como caridade e achavam que tínhamos feito isso por pena , afirma Diego. Alguns sequer pararam para pensar que era uma escolha de vida nossa movida pelo afeto , completa.

O pai revela também que ele e Leandro lidaram com comentários homofóbicos por constituírem família sem a imagem feminina. Alguns olhavam para nós e perguntavam quem era a mãe e o pai. Quem dava banho e cortava unha, por exemplo, era visto como a mulher da relação . Existe a preocupação da sociedade em inventar papéis de gênero na criação de

uma criança, mas com a gente não é assim. Os dois cuidam do mesmo jeito , critica.

Com quatro anos, colegas da escola de Daniel já perguntaram a ele quem é sua mãe, mas o casal explica desde cedo ao pequeno a normalidade em ser filho de um casal gay. Sentamos com ele e falamos que há amiguinhos criados pela mãe e a avó, outros com duas mães e por aí vai , afirma. O que importa é quem cuida. Construir a fé, a cidadania e o caráter dele independe da minha orientação sexual , diz.

A ignorância alheia, contudo, não chegou aos parentes. As famílias dos dois sempre aceitaram bem a chegada de Daniel, ao ponto da mãe de cada um se mudar para o mesmo prédio que o casal para acompanhar o desenvolvimento do neto.

Vale ressaltar que a adoção do garoto por dois homens vai na contramão da realidade brasileira, em que mais de um milhão de pais abandonaram suas parceiras com os filhos entre 2005 e 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Daniel não conseguia ficar em pé e apresentava limitações cognitivas, o que levou os médicos a acreditarem que ele teria sérios problemas de mobilidade e não seria capaz sequer ficar sentado quando crescesse. Assim, o diagnóstico o definiu como uma criança com deficiência severa - característica pouco aceita pelos casais interessados em adotar no Brasil.

O laudo médico só mostrava os problemas de saúde e focava no que ele não poderia fazer. Era um documento, frio, desesperançoso e que não dava perspectiva de futuro para ele. , critica Diego. Em nenhum momento estava escrito ali as qualidades dele , complementa.

Diante disso, o casal acredita que essa maneira dura de descrever as crianças com deficiência dificulta a aceitação delas no processo de adoção, uma vez que não mostra as conquistas que ela pode alcançar. Daniel, por exemplo, contradisse a visão negativa dos médicos e, com suas idas ao fisioterapeuta e ao fonoaudiólogo, ganhou equilíbrio do corpo, fala normalmente e há a expectativa de ele andar de muletas no futuro, sem sequelas do descaso da mãe biológica.

O juiz da **Vara da Infância e da Juventude** do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Iberê de Castro, avalia que é importante que o laudo indique todas as possibilidades positivas da criança - e não só as negativas - a fim de aumentar a conscientização dos casais. Entretanto, ele alerta que a equipe técnica de adoção precisa equilibrar as expectativas com a realidade muitas vezes difícil que os pais vão encarar.

Daniel Oliveira é um caso raro no Brasil. Isso porque o **CNJ** calcula que apenas 155 (3,6%) das 1.112 crianças com deficiência ou doenças nas filas de adoção de todo o País estão vinculadas, ou seja, criando laços afetivos com casais interessados nelas. Por outro lado, há 3.244 (40%) das 8.263 em condições normais de saúde também nesse processo - uma proporção vinte vezes maior do que a primeira.

Segundo a assistente social Grace Kelly, que lida com esse público na **Vara da Infância e da Juventude** da comarca de Guarulhos, muitas crianças não têm compreensão de que são colocadas em segundo plano pelos casais. O que percebemos é a falta que algumas sentem de pessoas que eram próximas e depois se afastam, como um cuidador da casa, um coleguinha que foi adotado ou um parente que a visitava e deixou de visitar , afirma.

Iberê de Castro explica ainda que essa rejeição afeta o psicológico dos jovens. Isso mexe com a forma como eles vão desenvolver a autoestima, a autoimagem, a percepção deles como cidadãos e a ideia de que eles não são piores do que ninguém. As marcas emocionais ficarão para sempre , conta.

Para tentar reverter essa realidade, a campanha Adote Um Boa Noite , do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi criada em outubro de 2017 para conscientizar os pretendentes sobre a adoção de crianças com mais de sete anos ou com deficiências em qualquer idade.

Segundo Castro, que coordena a iniciativa, a compreensão sobre o tema tem se ampliado, mas ainda é mínimo o número de casais que adotam crianças ou adolescentes com limitações físicas e cognitivas dentre os 30 casos que passaram pelo projeto.

O site do Adote Um Boa Noite tem uma lista de 60 meninos e meninas cadastrados, dos quais quatro são cadeirantes. Diogo, de 13 anos, é um deles. Em sua descrição, ele afirma que é muito especial, gosta de ser abraçado e retribui com um grande sorriso. Já o pequeno Victor Hugo, de cinco anos, diz que gosta de cantar, conversar e sonha em ser feliz .

O juiz responsável destaca que muitas dessas

crianças vieram de famílias pobres, da periferia, desestruturadas socialmente ou que moram em municípios pequenos do interior que não oferecem estrutura suficiente para cuidar da deficiência. A criança fica em risco e cabe à Justiça tirá-la dos pais em último momento, após tentativas frustradas de mudar essa situação de vulnerabilidade , explica. Isso é perverso, porque a família acaba sendo punida pela falta de apoio do governo , critica.

A Justiça calcula que cerca de 650 adolescentes das casas de acolhimento do Estado de São Paulo atingem a maioridade todo ano sem conseguirem uma família. Assim, deixam de ter a tutela da **Vara da Infância e da Juventude**, e os com problemas mais severos viram responsabilidade do Poder Executivo.

Os com limitações cognitivas ganham um benefício vitalício de prestação continuada do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e são acolhidos por ONGs religiosas como a BomPar e o Lar André Luiz, que recebem pessoas em risco ou situação de vulnerabilidade. Enquanto isso, os jovens capazes de ter independência - com e sem deficiência física - começam a ser preparados para a vida adulta desde os seus 14 anos.

A partir dessa idade, os direcionamos para vagas de celetistas [assinadas na carteira de trabalho] ou de jovem aprendiz. Tentamos elevar o grau de instrução deles ao máximo , diz Iberê de Castro.

O futuro de Daniel, recusado por 90 casais no abrigo de Osasco, não será assim. Nestes quase três anos ao lado de Diego e Leandro Oliveira, o menino viveu momentos que qualquer outra criança poderia vivenciar: viaja com os pais, passeia no parque, ganhou festa de aniversário, vai para a escola e, acima de tudo, recebe o amor que todo filho deve receber.

*Estagiário sob a supervisão de Charlise Morais

**Nome fictício. História de Daniel com a família biológica corre em segredo de Justiça

Site: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/comportamento/o-amor-de-um-casal-que-adotou-menino-rejeitado-por-ter-deficiencia,251f058439f37a894eb2dc29dd6bd60bky5kkw8p.html>

Violência contra a mulher: ações na Justiça triplicaram em dois anos

A violência doméstica tomou proporções tão alarmantes no Estado que, somente de processos em andamento no **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, o número triplicou: de 9.508 ações, em 2016, para 28.699, no ano passado. É uma variação de 202%, conforme levantamento do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. O segundo lugar na pesquisa, Goiás, teve um aumento bem menor, da ordem de 70%.

O crescimento, na verdade, já foi significativo de um ano para outro, uma vez que, em 2017, foram registrados 28.560 casos, e o alto volume de pendências persistiu em 2018.

Para a procuradora de Justiça, Catarina Cecin Gazele, os dados sugerem que o Judiciário não está conseguindo responder com celeridade devido ao número de ações que tem chegado por violência doméstica.

"A expressão 'casos pendentes' significa que não houve julgamento e está em andamento uma ação penal. O que pode ter acontecido nos últimos anos é a magistratura não estar dando conta de julgar. O problema é que a falta de julgamento pode trazer aquele fenômeno social e jurídico: a impunidade", opina.

Catarina Gazele pondera, no entanto, que a demora pode ter relação com a complexidade dos casos em análise, como dificuldade de comprovação, por exemplo. Isso porque a violência não se restringe à agressão física, que deixaria marcas, e uma ameaça, cárcere privado, pressão psicológica não são tão fáceis de ser identificados. "A complexidade do conjunto probatório pode atrasar bastante uma ação", observa.

Enquanto os processos se acumulam, mulheres se mobilizam para dar visibilidade ao problema. Ontem, no Dia Internacional da Mulher, dezenas foram às ruas do Centro de Vitória para protestar contra a violência que sofrem diariamente.

DENÚNCIAS

A juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de enfrentamento à situação de violência doméstica e familiar, atribui o alto índice de processos no Estado

ao fato de mais mulheres denunciarem os abusos.

"Toda a rede de apoio está trabalhando muito e as mulheres estão tomando mais conhecimento de seus direitos e correndo atrás. Há uma confiança maior nessa rede do que há três anos", argumenta.

Questionada se o volume também não representa morosidade da Justiça, Hermínia Azoury discorda. "Quando se fala em casos pendentes, é que estão em curso. Às vezes, a própria vítima não quer representar, mas hoje, pela lei, querendo ou não, tem ação penal. Isso pode dificultar um pouco o andamento", justificou.

O Tribunal de Justiça não explica o porquê do aumento mas, por nota, informa que o crescimento pode ser ainda maior. "Os números estão sujeitos a ajustes, face ao levantamento que está sendo realizado perante todos os juízes com jurisdição em violência doméstica, o que pode resultar em um aumento nos números apresentados. Todavia, a evolução das medidas protetivas no período de 2016 a 2018 (6.686 para 10.828) por si só traz preocupação no tocante ao aumento da prática de violência doméstica, dado que nos leva a uma profunda reflexão quanto à eficácia dos mecanismos de orientação e prevenção social que objetivam inibir a continuidade e crescimento de condutas dessa natureza. O Poder Judiciário está atento e agindo com rigor no cumprimento do seu papel perante a sociedade", diz a nota.

ESTUDIOSA DIZ QUE TEVE VERGONHA DE DENUNCIAR

Mesmo com o número de processos na Justiça por violência doméstica beirando os 30 mil, quebrar o ciclo de violência e tomar coragem para denunciar o agressor muitas vezes não é simples. Os motivos que impedem mulheres agredidas ou violentadas de procurarem ajuda são os mais diversos. A professora da Ufes Márcia Barros Ferreira Rodrigues, contou, em entrevista à Rádio CBN Vitória, que teve vergonha de ir à delegacia.

Ela, que é doutora em História Social, professora do departamento de Ciências Sociais da Ufes e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias da universidade, afirmou que foi justamente o fato de pertencer ao meio acadêmico que a impedia

de procurar ajuda. "No meu caso, era vergonha de ser professora universitária e que estuda justamente a violência. Não tive coragem de chegar em uma delegacia e denunciar", revelou.

Além disso, a professora conta que teve medo de se deparar no local com algum de seus ex-alunos. "Dei aula para muitos que hoje são policiais. Demorei muito para poder falar sobre isso publicamente. Não foi fácil. Imagina mulheres em situações mais vulneráveis que a minha?", questiona.

SILÊNCIO

A professora afirma que os motivos para o silêncio são diversos e que a questão é complexa. "A pessoa pensa que é porque o outro bebeu, porque de alguma forma ela provocou ciúmes, ou até porque a vítima depende do agressor financeiramente."

Segundo pesquisa recente encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 52% das vítimas não falaram sobre o caso nem mesmo para familiares ou amigos. Apenas uma em cada dez procura uma delegacia da mulher.

OPINIÃO DA GAZETA

Quebrando o silêncio

O crescimento do número de processos expõe a dimensão absurda da violência, mas também mostra que as mulheres estão se sentindo mais seguras para denunciar seus agressores. É o silêncio que está sendo quebrado. Por isso, é tão importante que os canais continuem se abrindo, com políticas públicas que estimulem a reação e, assim, consigam inibir cada vez mais o comportamento violento masculino.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/03/violencia-contra-a-mulher-aco-es-na-justica-triplicaram-em-dois-anos-1014171363.html>

Espaços de confinamento São a realidade de muitas mulheres , alerta Raquel

A procuradora-geral Raquel Dodge: Precisamos que as leis que proibam discriminação, que vedem diferenciação e que garantam direitos para as mulheres sejam efetivamente cumpridas. As barreiras invisíveis nas instituições, na vida pública e na vida privada precisam ser ultrapassadas.

Raquel fez a declaração nesta sexta, 8, em evento na sede da Procuradoria-Geral, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

Ela ressaltou que quando há mudanças nos diálogos no âmbito pessoal e doméstico, o diálogo dentro das instituições também muda.

É possível que ocupemos os espaços que quisermos e desejarmos ocupar para que sejamos o que queremos ser, e não o que nos impõem, o que nos restringem , disse.

E alertou. Espaços de confinamento são a realidade de muitas mulheres na vida privada e na vida pública no nosso país.

A PGR destacou que as políticas públicas devem ser inclusivas para que, de fato, exista uma sociedade fraterna, justa e solidária, como previsto na Constituição .

A deputada federal Joenia Wapixana, a primeira mulher indígena que conquistou uma vaga na Câmara dos Deputados, falou sobre a baixa representatividade feminina no Legislativo.

A parlamentar destacou que apenas 15% da Casa é ocupada por mulheres, sendo que o parlamento de outros 150 países têm maior representação feminina.

Não é fácil nascer e ser mulher no Brasil. Temos de provar ser capazes, ter habilidade, competência na nossa profissão, mostrar que a gente não perde a nossa identidade, no meu caso indígena, mostrar que eu posso continuar exercendo minha profissão, usando minha cidadania sem perder minhas origens indígenas , destacou Joenia Wapixana.

A deputada reforçou que as mulheres, com muita garra, conquistaram muitos direitos em busca da

equidade e que, exatamente por isso, não pode haver retrocessos .

As representantes do Conselho Nacional do Ministério Público e do **Conselho Nacional de Justiça** falaram sobre a carreira das procuradoras no âmbito das unidades do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos estaduais.

Elas reconheceram que a pauta de equidade de gênero está cada vez mais presente nas instituições, o que é extremamente relevante para que as mulheres da carreira possam ter espaço para falar e serem ouvidas .

A procuradora regional da República da 4.^a Região Carmen Elisa Hessel destacou dois desafios a serem vencidos em relação à representatividade feminina no âmbito dos MPs: questões raciais aliadas ao gênero e mais mulheres nos cargos de chefia e nos órgãos colegiados.

Sobre a importância da presença de mulheres nas carreiras do Ministério Público, a promotora Maria Gabriela Mansur assinalou que o olhar feminino é relevante nos casos, por exemplo, de violência doméstica e abusos sexuais .

Ela pontuou que a representatividade na carreira deve levar em consideração aspectos quantitativos e, principalmente, qualitativos . A promotora ressaltou a importância do incentivo às mulheres de ocuparem postos de liderança e sugeriu a instituição de um tipo de premiação, um reconhecimento formal às instituições que promovam e estimulem o empoderamento feminino .

O importante é mostrar para a mulher que ela é capaz de estar em todas as discussões, falar sobre todas as matérias e ocupar todos os espaços públicos e privados. As mulheres não devem ser isoladas para lidar com temas específicos , reforçou Maria Gabriela Mansur.

A promotora destacou que é importante também incluir os homens nas discussões relacionadas à equidade de gênero.

Presidência da República - Na cerimônia promovida pela Presidência da República a PGR traçou um breve

histórico sobre os direitos conquistados, ao longos dos anos, pelas mulheres brasileiras e reforçou que o empoderamento feminino estimula fraternidade e fortalece a sociedade inteira.

Ajuda a criar uma comunidade que viva dignamente e respeite cada um de seus integrantes como iguais entre si , salientou Raquel.

Ela ponderou que a reivindicação das mulheres é por igualdade de tratamento e de oportunidades, e também por vedação a qualquer tipo de discriminação.

A pretensão de igualdade significa convivência harmônica com os homens, sem competição, como expressão do desejo de sermos reconhecidas como iguais em direitos e dignidade.

Notícias Relacionadas:

FOLHA VITÓRIA - ES

Espaços de confinamento são a realidade de muitas mulheres , alerta Raquel

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES

Espaços de confinamento são a realidade de muitas mulheres , alerta Raquel

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/09/espacos-de-confinamento-sao-a-realidade-de-muitas-mulheres-alerta-raquel.htm>

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por 1 ano (Promoções)

Famílias residentes nas comunidades do Córrego do Feijão e do Parque da Cachoeira, em Brumadinho, atingidas pela lama que vazou de uma barragem de rejeitos da Vale em 25 de janeiro, receberão uma cesta básica mensal da mineradora pelo período de um ano. A medida, anunciada sexta-feira (08) pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi acordada em audiência judicial.

A garantia da cesta básica junta-se a outros compromissos pactuados em um termo de ajuste preliminar (TAP) firmado no dia 20 de fevereiro. O acordo prevê o pagamento de auxílio mensal emergencial aos atingidos conforme os seguintes critérios: um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo por adolescente e um quarto de salário mínimo por criança. Têm direito a receber tais valores todos os residentes em Brumadinho e nas localidades que estiverem a menos de 1 quilômetro do leito do Rio Paraopeba até a cidade de Pompéu, onde fica a represa de Retiro de Baixo. As quantias serão pagas durante um ano.

Negociado em audiências públicas conduzidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o TAP foi proposto à Vale por instituições como o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensorias Públicas do estado e da União e Advocacia-Geral do estado e da União. O acordo também fixa a obrigação de a mineradora custear a contratação de assessoria técnica independente para fornecer suporte às pessoas atingidas pelo desastre ambiental.

As próprias vítimas escolherão as entidades que vão atendê-las. Assessorias técnicas independentes já prestam assistência aos atingidos pela tragédia de Mariana, em Minas Gerais, onde a obrigação de arcar com os custos da contratação é da Samarco, responsável pela barragem que se rompeu em novembro de 2015.

Outro compromisso assumido pela Vale diz respeito ao ressarcimento dos cofres do estado de Minas Gerais por todos os gastos emergenciais efetuados em decorrência do rompimento da barragem. A empresa concordou em depositar, em um prazo de 10

dias, o valor das multas aplicadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), que giram em torno de R\$ 99 milhões. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também aplicou multas, que somam cerca de R\$ 250 milhões.

JUSTIÇA TRABALHISTA

Conforme o último boletim da Defesa Civil de Minas Gerais, divulgado ontem (8), 197 pessoas já foram encontradas sem vida em decorrência do rompimento da barragem e 111 estão desaparecidas. Grande parte das vítimas eram empregados da Vale e de empresas terceirizadas que prestavam serviço para a mineradora.

Na Justiça trabalhista, em audiências realizadas dentro de ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa também já assumiu alguns compromissos. Foi assegurada a manutenção do pagamento de dois terços dos salários de todos os empregados que morreram. Os valores serão repassados às famílias por um ano, ou até que seja fechado um acordo definitivo de indenização. Para os desaparecidos, por enquanto, está sendo pago o salário integral.

A Vale se comprometeu ainda a não realizar transferências para outras unidades em caso de discordância do trabalhador. Também garantiu o salário dos funcionários sobreviventes, inclusive dos terceirizados, até o fim deste ano. Outros compromissos assumidos pela mineradora com as vítimas estão relacionados com plano de saúde, atendimento psicológico e auxílios-funeral, creche e educação.

As divergências em torno do acordo definitivo de indenização persistem. A Vale mantém sua proposta, que inclui R\$ 300 mil para cônjuges ou companheiros de trabalhadores mortos, R\$ 300 mil para cada filho, R\$ 150 mil para cada pai e mãe e R\$ 75 mil para cada irmão. Além disso, para reparar os danos materiais, a empresa propõe manter o pagamento mensal correspondente a dois terços do salário do empregado até a data em que ele completaria 75 anos. A proposta

da Vale foi recusada pelas famílias das vítimas que se reuniram em assembleia no mês passado.

DOAÇÕES

Além dos pagamentos acordados na esfera judicial, a Vale anunciou, três dias após a tragédia, a doação de R\$ 100 mil para cada família que perdeu um parente. Um balanço divulgado pela mineradora no dia 25 de fevereiro mostrava que, até então, 264 pagamentos tinham sido feitos. Outra doação, no valor de R\$ 50 mil, está sendo assegurada para as famílias que residiam na área de alagamento. Esses repasses não poderão ser deduzidas das futuras indenizações, que ainda serão calculadas.

A Vale prometeu também o pagamento de R\$ 15 mil para pessoas que desenvolviam atividades produtivas ou comerciais na área atingida pela lama. As doações tiveram início de fevereiro, mas foram suspensas nove dias depois, a pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais, que viu problemas na formulação dos termos de recebimento. Após ajustes por parte da mineradora, os repasses foram retomados no dia 20 de fevereiro.

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/brasil/2019/03/familias-de-brumadinho-receberao-cesta-basica-mensal-da-vale-por-1-ano-1014171437.html>

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por 1 ano

Famílias residentes nas comunidades do Córrego do Feijão e do Parque da Cachoeira, em Brumadinho, atingidas pela lama que vazou de uma barragem de rejeitos da Vale em 25 de janeiro, receberão uma cesta básica mensal da mineradora pelo período de um ano. A medida, anunciada sexta-feira (08) pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi acordada em audiência judicial.

A garantia da cesta básica junta-se a outros compromissos pactuados em um termo de ajuste preliminar (TAP) firmado no dia 20 de fevereiro. O acordo prevê o pagamento de auxílio mensal emergencial aos atingidos conforme os seguintes critérios: um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo por adolescente e um quarto de salário mínimo por criança. Têm direito a receber tais valores todos os residentes em Brumadinho e nas localidades que estiverem a menos de 1 quilômetro do leito do Rio Paraopeba até a cidade de Pompéu, onde fica a represa de Retiro de Baixo. As quantias serão pagas durante um ano.

Negociado em audiências públicas conduzidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o TAP foi proposto à Vale por instituições como o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensorias Públicas do estado e da União e Advocacia-Geral do estado e da União. O acordo também fixa a obrigação de a mineradora custear a contratação de assessoria técnica independente para fornecer suporte às pessoas atingidas pelo desastre ambiental.

As próprias vítimas escolherão as entidades que vão atendê-las. Assessorias técnicas independentes já prestam assistência aos atingidos pela tragédia de Mariana, em Minas Gerais, onde a obrigação de arcar com os custos da contratação é da Samarco, responsável pela barragem que se rompeu em novembro de 2015.

Outro compromisso assumido pela Vale diz respeito ao ressarcimento dos cofres do estado de Minas Gerais por todos os gastos emergenciais efetuados em decorrência do rompimento da barragem. A empresa concordou em depositar, em um prazo de 10 dias, o valor das multas aplicadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), que giram em torno de R\$ 99

milhões. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também aplicou multas, que somam cerca de R\$ 250 milhões.

JUSTIÇA TRABALHISTA

Conforme o último boletim da Defesa Civil de Minas Gerais, divulgado ontem (8), 197 pessoas já foram encontradas sem vida em decorrência do rompimento da barragem e 111 estão desaparecidas. Grande parte das vítimas eram empregados da Vale e de empresas terceirizadas que prestavam serviço para a mineradora.

Na Justiça trabalhista, em audiências realizadas dentro de ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa também já assumiu alguns compromissos. Foi assegurada a manutenção do pagamento de dois terços dos salários de todos os empregados que morreram. Os valores serão repassados às famílias por um ano, ou até que seja fechado um acordo definitivo de indenização. Para os desaparecidos, por enquanto, está sendo pago o salário integral.

A Vale se comprometeu ainda a não realizar transferências para outras unidades em caso de discordância do trabalhador. Também garantiu o salário dos funcionários sobreviventes, inclusive dos terceirizados, até o fim deste ano. Outros compromissos assumidos pela mineradora com as vítimas estão relacionados com plano de saúde, atendimento psicológico e auxílios-funeral, creche e educação.

As divergências em torno do acordo definitivo de indenização persistem. A Vale mantém sua proposta, que inclui R\$ 300 mil para cônjuges ou companheiros de trabalhadores mortos, R\$ 300 mil para cada filho, R\$ 150 mil para cada pai e mãe e R\$ 75 mil para cada irmão. Além disso, para reparar os danos materiais, a empresa propõe manter o pagamento mensal correspondente a dois terços do salário do empregado até a data em que ele completaria 75 anos. A proposta da Vale foi recusada pelas famílias das vítimas que se reuniram em assembleia no mês passado.

DOAÇÕES

Além dos pagamentos acordados na esfera judicial, a

Vale anunciou, três dias após a tragédia, a doação de R\$ 100 mil para cada família que perdeu um parente. Um balanço divulgado pela mineradora no dia 25 de fevereiro mostrava que, até então, 264 pagamentos tinham sido feitos. Outra doação, no valor de R\$ 50 mil, está sendo assegurada para as famílias que residiam na área de alagamento. Esses repasses não poderão ser deduzidas das futuras indenizações, que ainda serão calculadas.

A Vale prometeu também o pagamento de R\$ 15 mil para pessoas que desenvolviam atividades produtivas ou comerciais na área atingida pela lama. As doações tiveram início de fevereiro, mas foram suspensas nove dias depois, a pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais, que viu problemas na formulação dos termos de recebimento. Após ajustes por parte da mineradora, os repasses foram retomados no dia 20 de fevereiro.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/03/familias-de-brumadinho-receberao-cesta-basica-mensal-da-vale-por-1-ano-1014171437.html>

ELIANA JUNQUEIRA MUNHÓS FERREIRA DESEMBARGADORA

“Nunca me senti frágil na minha profissão”

Primeira magistrada do Estado a ser mãe no exercício da carreira conta como venceu barreiras e encoraja o engajamento feminino

Brunella França

Quarta mulher a ingressar na magistratura capixaba, a desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira foi a primeira a se tornar mãe no exercício de sua carreira, quando atuava como juíza na comarca de São Mateus, no Norte do Estado.

Em prol da carreira, ela chegou a abrir mão de um mês de licença maternidade, que era de 120 dias, para retornar ao trabalho. Durante a gestação, presidiu o tribunal do júri com uma arma na gaveta por questão de segurança.

“Os meus colegas diziam que ir para o interior era mais perigoso, eu ouvi muito essa fala. E eu estava como juíza em São Mateus, em um ano eleitoral, num período de muita agitação política, quando decidi ter o meu segundo filho. Fiz julgamentos com uma arma na minha gaveta, pensava em defender o meu filho”, revelou.

A magistrada concedeu entrevista à reportagem de **A TRIBUNA** para a série “Mulheres no Poder”, no Executivo, Legislativo e Judiciário, que está sendo publicada aos domingos deste mês.

A TRIBUNA - Como a senhora decidiu ingressar para a carreira de magistrada? Houve influência da família?

DESEMBARGADORA ELIANA - Fui a primeira da minha família a decidir seguir uma carreira jurídica. Eu sentia que eu tinha uma vocação, me formei em Direito aos 22 anos, e queria ser a julgadora



ELIANA Munhós disse que, com medo, já julgou com arma na gaveta

Pioneirismo

Proteção a mulheres e atuação eleitoral

PLEBISCITO

A magistrada realizou o plebiscito que decidiu pela emancipação política de Venda Nova, em 1988.

CÓDIGO CIVIL

Ela destacou que o Código Civil de 1916 declarava as mulheres casadas “relativamente incapazes”.

FEMINICÍDIO

Quando a condição de ser mulher leva a um assassinato, isso deve pesar na pena, defende Eliana.

das causas. Eu era advogada quando passei no concurso, aos 29 anos, o primeiro que fiz.

O tribunal, na época, na fase de entrevistas, me questionou muito sobre o porquê de querer ser juíza, ir para o interior com uma filha pequena. E eu respondia que era a minha vocação.

> Das passagens por comarcas do interior, houve alguma que a marcou?

Em São Mateus, eu era juíza criminal. Enfrentava os movimentos sem-terra, era uma época de muita efervescência política no município e de muita violência

também.

E quando eu decidi ter o meu segundo filho, era juíza daquele município, e era um ano eleitoral. Fui a primeira a engravidar e ter filho no exercício da magistratura. Isso era muito surpreendente na época.



FOTOS: DAYANA SOUZA/AT

ELIANA disse que é preciso ensinar para meninas que “elas podem andar de azul ou de rosa, brincar de carrinho ou de boneca”

Grávida de oito meses do meu filho, com barriga enorme, fazendo júri recessa da violência, de algo que pudesse acontecer com meu filho. Eu tinha arma, fazia o júri com uma arma na gaveta.

Os colegas me diziam que, no interior, o cenário era mais perigoso, que uma mulher poderia sofrer uma violência maior, mas nunca me senti frágil, indefesa na minha profissão. Sempre gostei da área criminal, de fazer o júri.

> A senhora sofreu alguma situação de preconceito por ser mulher e mãe ao mesmo tempo que juíza?

O meu pai me criou com uma força interior muito grande e aquilo me fortalecia. A minha mãe sempre me incentivou também a buscar a minha independência.

Mas, quando eu estava já no final da gestação, já tinha feito a pauta do júri em São Mateus, pedi para vir para a capital até que meu filho nascesse e que outro colega assumisse o final do período eleitoral. Naquele ano, as eleições foram em novembro.

E eu ouvi de uma autoridade do Tribunal de Justiça, na época, que da próxima vez que eu decidisse ter um filho, que eu não escolhesse um ano eleitoral. Não tive mais filhos depois. Mas, se tivesse tido, eu teria ignorado essa fala.

> Houve algum caso, durante a carreira, que ficou marcado na sua memória e a senhora poderia contar?

Uma separação me marcou bastante. Era um caso de uma aparen-

te separação consensual, com um advogado único para ambas as partes. E quando eu li o acordo que supostamente havia sido celebrado, a mulher estava abrindo mão de tudo, do filho, do patrimônio que havia ajudado a construir, ela saía absolutamente sem nada.

Achei aquilo estranho, chamei o promotor e pedi para conversar com ela sem o marido. O advogado poderia participar, como esteve presente, mas sem o marido.

Quando perguntei o motivo de abrir mão de tudo, ela desabou, contou que havia cometido um adultério e o marido a estava chantageando. Eu expliquei a ela que, apesar do erro, ela não perdia os direitos de mãe, os direitos patrimoniais. Acabei nomeando um outro advogado para ela e houve um processo de separação.

Ali eu me senti a juíza mulher que mostra a outra mulher que ela é uma sujeita de direitos, que é possível resistir aos abusos. O reconhecimento é a libertação do ser humano. As pessoas que conhecem seus direitos se emancipam, se empoderam.

> Qual seria hoje o caminho

“A mulher quando tem a sua carreira, a sua independência financeira, não depende do homem para comer, não se subjugam”

PERFIL

Eliana Junqueira Munhós Ferreira

> COM 32 ANOS de magistratura, ingressou na carreira em 1987, aos 29 anos, aprovada no primeiro concurso que prestou.
> É CASADA há 34 anos, tem dois filhos e uma neta.
> JÁ TRABALHOU como juíza criminal, de família, eleitoral e foi professora por 15 anos.

“Precisamos inserir nas escolas a discussão sobre a participação social, a atividade política nas comunidades”

para empoderar as mulheres?

O que nós precisamos ensinar para as meninas, as jovens, as idosas, é que elas podem ser o que elas quiserem, elas podem vestir a roupa que elas quiserem, elas podem andar de azul ou de rosa, brincar de carrinho ou de boneca.

Elas podem fazer o que elas quiserem na vida. Elas precisam se fazer respeitar. E isso significa nunca deixar que nenhum homem ou nenhuma mulher invada sua vontade de ser.

Precisamos empoderar as nossas meninas. Não existe mais o pátrio poder, o poder patriarcal. As mulheres e os homens, dentro da família, têm os mesmos direitos. E os mesmos deveres também.

> E a participação das mulheres na política?

Nós precisamos formar lideranças. Formar mulheres líderes na política. E acredito que o poder público tem o dever de montar uma rede de apoio com creches em horário integral, horário noturno, para que as mulheres possam participar da organização política e social de suas comunidades. É dali que vão surgir novas lideranças femininas.

Mau cheiro em ônibus rodoviário gera indenização a passageiras do Espírito Santo

blogpontodeonibus

Juíza da 6ª Vara Cível de Vitória entendeu que a empresa de transporte apresentava, constantemente, atrasos e más condições de uso

ALEXANDRE PELEGI

Duas passageiras que viajaram de ônibus de Vitória/ES a Viçosa/MG receberão indenização de R\$ 1 mil cada a título de reparação por danos morais.

A decisão, da 6ª Vara Cível de Vitória, condenou a empresa de transporte rodoviário a indenizar as passageiras após ficar comprovada a falha na prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual.

Na petição autoral, as passageiras alegam que o ônibus, com partida definida para 21h:20, encostou para embarque apenas às 23h:30, apresentando mau cheiro e péssimas condições de higiene e conservação.

Além disso, as passageiras afirmam que foram tratadas de forma desrespeitosa por parte de um funcionário quando foram reclamar do atraso e da condição do veículo.

A empresa de ônibus afirmou em sua defesa que a linha percorre o trecho de Ilhéus/BA à Manhuaçu/MG, com diversas paradas pelo trajeto, dentre elas Vitória/ES. Os atrasos para embarque e desembarque nas rodoviárias, segundo a empresa, "ocorrem devido a imprevistos como trânsito intenso, chuva, acidentes e fiscalização, decorrentes da própria viagem".

A falta de higiene relatada pelas passageiras foi contestada pela viação, que argumentou que o ônibus, a parar em Vitória/ES para embarque de novos passageiros, realiza uma limpeza. Além disso, afirma que houve falta de provas sobre o fato apontados pelas passageiras.

A juíza da 6ª Vara Cível de Vitória analisou os depoimentos de três passageiros e as provas juntadas ao processo, a entendeu que a empresa de transporte apresentava, constantemente, transportes com atrasos e más condições de uso.

A magistrada entendeu que houve falha na prestação de serviço.

"De toda a narrativa extraída dos depoimentos, verifica-se que há prova no sentido de que a ré, constantemente, falhava na prestação dos serviços ofertados, porquanto não cumpria com os cronogramas estabelecidos quando da contratação do transporte (CC, art. 737), além de não apresentar o veículo em condições adequadas de uso, uma vez que, em diversas situações, inclusive nesta narrada, o banheiro se encontrava sujo e irradiava maus odores".

A juíza decidiu pela condenação da empresa de transporte rodoviário a reparar o dano moral causado às partes requerentes.

As informações são do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**.

Processo nº 0017198-72.2006.8.08.0024 (024.06.017198-0)

Alexandre Pelegi, jornalista especializado em transportes

Site: <https://diariodotransporte.com.br/2019/03/10/mau-cheiro-em-onibus-rodoviario-gera-indenizacao-a-passageiras-do-espírito-santo/>

Sem cemitério de aviões no Brasil, veja como é o fim da vida das aeronaves

Os aviões têm um ciclo de vida bem mais longo quando comparados a um carro, por exemplo. Um avião pode voar por décadas sem nenhum problema, desde que faça testes de segurança e siga padrões internacionais de manutenção e revisão.

Ainda assim, chega um dia em que os aviões não podem mais voar, seja pelo fim de sua vida útil, por danos severos ou, até mesmo, desinteresse dos proprietários.

Leia também:

Quando um avião morre ?

Segundo a legislação brasileira, uma aeronave deixa de existir com o cancelamento de seu registro junto à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), quando o dono ou o operador requisita isso, ou quando a aeronave é abandonada ou danificada.

Esse pode ser considerado o fim burocrático da aeronave, mas nem sempre ela é destruída.

Veja os principais destinos dos aviões e de suas peças após o encerramento de sua vida útil:

- Abandono: o avião fica abandonado até virar sucata, como ocorre em alguns aeroportos e aeroclubes.

- Leilão: o avião pode ser leiloado e encontrar um novo dono. Porém, como esse processo pode demorar bastante, muitos aviões acabam virando sucata. Isso ocorreu com várias aeronaves das falidas Vasp (Viação Aérea São Paulo) e Transbrasil, que tiveram poucas peças reaproveitadas enquanto esperavam por um novo destino.

- Desmonte: as aeronaves podem ter suas peças reaproveitadas em outras situações, como painéis de navegação ou hélices. Em nota, a Anac diz que não reconhece empresas de desmanche de aeronaves e que a remoção de peças fora de serviço, com a intenção de reutilizá-las, deve ser feita somente por pessoas certificadas em oficinas homologadas.

- Decoração: muitos aficionados da aviação costumam guardar peças de aeronaves como elementos de decoração. Um dos principais exemplos é a utilização de hélices de aeronaves expostas em salas de casas

e bares.

- Venda para fora do Brasil: segundo Lito Sousa, especialista aeronáutico e autor do livro Onde Morrem os Aviões [sobre a experiência do autor em levar os aviões Electra aposentados da falida Varig para o Zaire], algumas aeronaves são vendidas para países mais pobres. Após um determinado número de pousos, a manutenção fica muito cara, o que inviabiliza o uso. Em países em desenvolvimento, os aviões ainda podem voar por um tempo sem a devida fiscalização, disse Sousa.

- Doação: muitas aeronaves também são doadas para museus, onde ficam expostas com finalidades pedagógicas, ou para aeroportos, com a finalidade de servirem, entre outros motivos, para treinamento de equipes.

Cemitérios de aviões

Em países como Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Espanha, existem estruturas conhecidas como cemitérios de aviões. Ali, os mais diversos tipos de aeronave aguardam uma destinação final, como voltar a operar com um novo dono ou o desmanche.

Como nem todos vão para esses locais para serem destruídos, já que podem voltar a voar, o termo mais correto seria depósito de aviões. Quando há uma crise no mercado aeronáutico, por exemplo, recolhem-se os aviões a esses lugares para serem reativados depois, quando a procura voltar a subir.

O Brasil não tem nenhum cemitério de aviões, mas há diversos locais onde é possível encontrar aviões abandonados -como aeroportos, hangares e aeroclubes. Um dos motivos para isso, segundo especialistas ouvidos pelo UOL, é o baixo número de aeronaves em circulação em comparação com outros países.

Segundo Sousa, o alto preço dos terrenos também é um impeditivo para o país ter esse tipo de estrutura, já que seriam necessárias grandes porções de terra, além de infraestrutura portuária no local. Ainda segundo Sousa, outra razão é o clima. Cemitérios ficam em lugares com baixa umidade relativa do ar para não corroer os aviões que estão apenas esperando um novo dono, disse.

Programa Espaço Livre

Em 2011, o **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**, em parceria com diversos órgãos públicos, lançou o Programa Espaço Livre, para remover dos aeroportos brasileiros as aeronaves que estavam sob custódia da Justiça ou que foram apreendidas em processos criminais.

À época, algumas aeronaves foram consideradas em condições de uso e foram desmontadas para ter suas peças leiloadas. Outras foram destruídas, como as da Vasp, que ficavam no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

O levantamento feito pelo programa trouxe à tona a situação de abandono das aeronaves no Brasil. Até seu encerramento, em 2015, o Espaço Livre removeu 50 aeronaves, de um total de 62, em 11 aeroportos de todo o país.

Quem nunca ouviu falar em "teco-teco" como sinônimo de avião velho? Muitas vezes, esse apelido é utilizado para se referir a aviões ou helicópteros de aparência mais antiga ou com painéis cheios de "reloginhos" em vez dos modernos painéis de LCD. Em geral, são vistos como menos seguros para voar. Serão mesmo?

Dos 71 mil profissionais de aviação com licenças ativas em 2018, apenas 8.917 eram mulheres. Ou seja, entre piloto, comissário e mecânico, apenas 13% eram preenchidos por pessoas do sexo feminino, segundo dados da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

Um projeto da fabricante de aviões Airbus para criar uma classe de viagens para passageiros no porão de carga das aeronaves foi selecionado como um dos finalistas do prêmio Crystal Cabin, um dos mais importantes do setor.

O jato supersônico Concorde completaria 50 anos neste sábado (2). Ícone da aviação mundial, o avião realizou seu primeiro voo de teste em 2 de março de 1969 em um voo local em Toulouse (França). Apenas 20 unidades foram produzidas em toda a história e foram operadas pelas companhias aéreas Air France e British Airways.

Você já pensou em ter uma peça de avião na decoração de sua casa? Ou jantar todos os dias com talheres da primeira classe de uma companhia aérea? Muitos amantes da aviação adorariam ter esses objetos em casa, mesmo que seja um pequeno souvenir.

A empresa britânica Layer, em parceria com a

fabricante europeia Airbus, desenvolveu um protótipo de poltrona tecnológica que pode se adaptar aos movimentos e tamanho do passageiro e ser controlada por um aplicativo de celular. O objetivo seria dar mais conforto, mas a poltrona não reclina nem tem TV.

A Gol anunciou hoje a ampliação do seu serviço de bordo com pães de queijo da marca Catupiry e cheesebúrguer das redes Johnny Rocket e Wessel. As novas opções, no entanto, estarão disponíveis somente em algumas rotas selecionadas e em horários específicos.

Córneas, globos oculares, fígados e corações usados em transplantes são transportados com urgência e de graça nas cabines dos pilotos de aviões comerciais.

A vida de luxo faz parte do cotidiano dos jogadores de futebol. Além de carrões, mansões e festas, os jatinhos também estão presentes na vida dos jogadores mais famosos do mundo.

A companhia aérea argentina de baixo custo Flybondi recebeu autorização da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) para funcionamento no Brasil. Para começar a operar voos entre o Brasil e a Argentina, a empresa ainda precisa de uma outra autorização operacional. A liberação concedida hoje, no entanto, já permite que a Flybondi comece a vender passagens.

A Airbus anunciou hoje o fim da produção do A380, maior avião de passageiros do mundo. Fruto de um investimento estimado em cerca de US\$ 20 bilhões, o modelo fez seu primeiro voo comercial em outubro de 2007 pela companhia aérea Singapore Airlines. Segundo a empresa, o modelo terá sua produção encerrada por falta de novos clientes, e as entregas serão concluídas em 2021.

O Brasil teve no ano passado 103 milhões de passageiros, um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. Apesar da alta, o número não é tão grande assim. Um aeroporto dos Estados Unidos sozinho tem mais passageiros que todas as companhias aéreas brasileiras somadas. No último ano, o aeroporto de Atlanta (Geórgia, EUA) registrou um movimento de 107,4 milhões, ou 4% a mais que as aéreas brasileiras.

Quando acontece um acidente com um helicóptero, é comum a segurança desse tipo de aeronave ser colocada em dúvida por diversos motivos. Pode ser a manutenção, a idade da aeronave ou, até mesmo, se o equipamento tinha autorização para voar ou prestar determinado serviço.

Aviões a jato são mais comuns hoje. Entretanto, outro tipo de motor também marca presença: os aviões com

turboélice. Com suas pás remetendo a aeronaves de pequeno porte, muitas vezes chamadas de teco-teco, causam preocupação em alguns passageiros. A ideia é que seriam velhas demais em comparação aos jatos.

Os pilotos de avião têm a maior média salarial entre 15 profissões relacionadas à aviação. No Brasil, a remuneração média da categoria é de R\$ 16.470, segundo dados do Anuário Brasileiro de Recursos Humanos de 2018, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Aviação. Segundo o documento, 66% dos pilotos recebem salários acima de R\$ 11 mil, mas há também 5% ganhando menos de R\$ 1.000.

A decisão da última sexta-feira (1º) do juiz Tiago Henrique Papaterra Limongi, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, de prorrogar o prazo até abril para que a Avianca negocie o pagamento das parcelas atrasadas do leasing de seus aviões não desagradou apenas as empresas que são proprietárias das aeronaves. O presidente da Latam, Jerome Cadier, afirmou nesta quarta-feira (6) que se surpreendeu de forma negativa e que a decisão foi uma decepção.

A negociação de compra da Embraer pela Boeing está próxima do fim. A empresa brasileira marcou para 26 de fevereiro uma assembleia de acionistas para a aprovação do acordo que prevê a venda de 80% da área de aviação comercial da Embraer.

Um dos maiores mistérios da aviação mundial segue sem qualquer resposta há exatos 40 anos. Trata-se do desaparecimento do Boeing 707 cargueiro da companhia aérea brasileira Varig, que fazia o voo RG 967, ocorrido no dia 30 de janeiro de 1979.

Os voos comerciais com jatos supersônicos deixaram de ser uma realidade há mais de 15 anos, com a aposentadoria do Concorde, em outubro de 2003. Além do Concorde, apenas o avião russo Tupolev TU-144 chegou a fazer viagens com passageiros acima da velocidade do som. O TU-144, no entanto, ficou em operação por pouco mais de seis meses, entre 1977 e 1978.

No final do ano passado, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) determinou que uma companhia aérea pagasse indenização de R\$ 15 mil a um cadeirante por danos morais. O motivo é que a empresa não garantiu meio seguro, digno e independente de embarque e desembarque, obrigando o passageiro a ser carregado no colo de funcionários da empresa aérea.

As principais fabricantes de aviões renovaram recentemente suas linhas de aeronaves comerciais. Elas ganharam aprimoramentos aerodinâmicos e novos motores mais econômicos e eficientes. Apesar

das mudanças, um fator permanece praticamente inalterado: a velocidade do voo de cruzeiro dos aviões.

Os tripulantes da Avianca aprovaram nesta quinta-feira (24) o acordo de licença não remunerada e de demissão voluntária para 600 pilotos e comissários de bordo da companhia aérea, que está em recuperação judicial e irá diminuir o número de aviões da sua frota. A empresa tem 5.700 funcionários.

As companhias aéreas nacionais bateram recorde no transporte de passageiros no último ano. Entre voos nacionais e internacionais, foram 102,4 milhões de pessoas, segundo dados divulgados nesta terça-feira (22) pela Abear (Associação Brasileira de Empresas Aéreas), que calcula os números apenas das empresas brasileiras.

O secretário nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, afirmou nesta segunda-feira (21) que o governo federal monitora a situação da Avianca Brasil, que está em processo de recuperação judicial, mas que não vê riscos de a empresa suspender totalmente suas operações.

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) determinou no final da tarde desta quinta-feira (17) o cancelamento do registro de dez aviões do modelo Airbus A320 da Avianca Brasil, que deve ocorrer em até cinco dias úteis. Na prática, a decisão significa a devolução imediata das aeronaves à empresa de leasing GE Capital Aviation Services (GECAS), dona dos aviões.

O cancelamento das operações internacionais da Avianca Brasil para Santiago (Chile), Miami (EUA) e Nova York (EUA) a partir do dia 31 de março deve afetar cerca de 40 mil passageiros que já haviam comprado passagens para viajar após essa data.

Veja Álbum de fotos Companhias aéreas e fabricantes de aviões costumam fazer pinturas especiais em suas aeronaves para comemorar alguma ocasião, atrair a atenção dos clientes ou promover alguma causa nobre. É o caso, por exemplo, de várias pinturas de animais que estampam a fuselagem de aviões ao redor do mundo.

Embraer, Boeing, Airbus e Bombardier são as quatro principais fabricantes de aviões do mundo. As quatro empresas, no entanto, não se limitam a produzir aeronaves comerciais, militares e executivas. Seus produtos incluem satélites espaciais, armamento de guerra, radares e até bondes urbanos e trens de metrô. Veja alguns dos produtos das quatro fabricantes que vão além da produção de aviões.

A Boeing instalou pela primeira vez o maior motor de

avião comercial do mundo, o GE9X, no novo Boeing 777X. O avião está em fase final de desenvolvimento e deve fazer o seu primeiro voo de testes nos próximos meses.

A Latam foi a empresa mais pontual entre as 20 maiores companhias aéreas do mundo em 2018. A Azul foi a empresa de baixo custo com mais voos chegando dentro do horário previsto, segundo ranking divulgado nesta quinta-feira (3) pela consultoria inglesa OAG.

O último dia do ano de 1968 ficou marcado como o dia em que o avião comercial mais rápido da história fez seu primeiro voo de testes. Diferentemente do que muita gente imagina, não se trata do famoso Concorde, mas do jato supersônico russo Tupolev TU-144.

A tenente Cristiane Lara Prestes, 38, virou controladora de tráfego aéreo de forma "casual", como ela mesmo define. Quando decidiu prestar concurso para ser sargento da Aeronáutica, em 2001, conhecia bem pouco da profissão, mas foi a sua opção na hora de escolher a carreira dentro da Força Aérea Brasileira (FAB).

A frota de aviões das companhias aéreas brasileiras vem diminuindo nos últimos anos, mas o número de passageiros, ao contrário, tem crescido. Em 2013, havia 640 aviões, e foram vendidas 96,2 milhões de passagens. Em 2017, o número de aviões caiu para 489, enquanto as passagens vendidas aumentaram para 98,8 milhões. Como isso vem acontecendo?

Um dia de chuva forte pode fazer um aeroporto ter vários dias seguidos de voos cancelados ou atrasados? Para o passageiro comum, fica sempre a dúvida se não está acontecendo algo mais.

A Embraer vendeu a sua parte mais lucrativa (aviação comercial) para a Boeing e ficou com um pedaço que rende menos (aviação executiva e de defesa e segurança, excluído o projeto do avião KC-390). Será que essa empresa que restou será financeiramente sustentável?

A Azul, única companhia brasileira a operar jatos da Embraer, pode sair beneficiada com a fusão entre Boeing e Embraer, segundo seu presidente, John Rodgerson. Em entrevista ao Todos a Bordo no final de novembro, ele afirmou que o negócio deve gerar benefícios à Azul com a redução do preço dos aviões e de outros serviços, como manutenção.

A Azul completa neste sábado (15) dez anos do primeiro voo com passageiros da companhia aérea. No dia 15 de dezembro de 2008, o primeiro Embraer

190 da empresa decolava do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), para o voo 4064 com destino a Salvador (BA). O primeiro voo decolou com 98 passageiros. No mesmo dia, a Azul fez também o primeiro voo para Porto Alegre (RS).

Site:

<http://todosabordo.blogosfera.uol.com.br/2019/03/10/se-m-cemiterio-de-avioes-no-brasil-veja-como-e-o-fim-da-vida-das-aeronaves/>

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por 1 ano

Redação Folha Vitória

Famílias residentes nas comunidades do Córrego do Feijão e do Parque da Cachoeira, em Brumadinho, atingidas pela lama que vazou de uma barragem de rejeitos da Vale em 25 de janeiro, receberão uma cesta básica mensal da mineradora pelo período de um ano. A medida, anunciada sexta-feira (8) pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi acordada em audiência judicial.

A garantia da cesta básica junta-se a outros compromissos pactuados em um termo de ajuste preliminar (TAP) firmado no dia 20 de fevereiro. O acordo prevê o pagamento de auxílio mensal emergencial aos atingidos conforme os seguintes critérios: um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo por adolescente e um quarto de salário mínimo por criança. Têm direito a receber tais valores todos os residentes em Brumadinho e nas localidades que estiverem a menos de 1 quilômetro do leito do Rio Paraopeba até a cidade de Pompéu, onde fica a represa de Retiro de Baixo. As quantias serão pagas durante um ano.

Negociado em audiências públicas conduzidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o TAP foi proposto à Vale por instituições como o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensorias Públicas do estado e da União e Advocacia-Geral do estado e da União. O acordo também fixa a obrigação de a mineradora custear a contratação de assessoria técnica independente para fornecer suporte às pessoas atingidas pelo desastre ambiental.

As próprias vítimas escolherão as entidades que vão atendê-las. Assessorias técnicas independentes já prestam assistência aos atingidos pela tragédia de Mariana, em Minas Gerais, onde a obrigação de arcar com os custos da contratação é da Samarco, responsável pela barragem que se rompeu em novembro de 2015.

Outro compromisso assumido pela Vale diz respeito ao ressarcimento dos cofres do estado de Minas Gerais por todos os gastos emergenciais efetuados em decorrência do rompimento da barragem. A empresa concordou em depositar, em um prazo de 10 dias, o valor das multas aplicadas pela Secretaria de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), que giram em torno de R\$ 99 milhões. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também aplicou multas, que somam cerca de R\$ 250 milhões.

Justiça trabalhista

Conforme o último boletim da Defesa Civil de Minas Gerais, divulgado ontem (8), 197 pessoas já foram encontradas sem vida em decorrência do rompimento da barragem e 111 estão desaparecidas. Grande parte das vítimas eram empregados da Vale e de empresas terceirizadas que prestavam serviço para a mineradora.

Na Justiça trabalhista, em audiências realizadas dentro de ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa também já assumiu alguns compromissos. Foi assegurada a manutenção do pagamento de dois terços dos salários de todos os empregados que morreram. Os valores serão repassados às famílias por um ano, ou até que seja fechado um acordo definitivo de indenização. Para os desaparecidos, por enquanto, está sendo pago o salário integral.

A Vale se comprometeu ainda a não realizar transferências para outras unidades em caso de discordância do trabalhador. Também garantiu o salário dos funcionários sobreviventes, inclusive dos terceirizados, até o fim deste ano. Outros compromissos assumidos pela mineradora com as vítimas estão relacionados com plano de saúde, atendimento psicológico e auxílios-funeral, creche e educação.

As divergências em torno do acordo definitivo de indenização persistem. A Vale mantém sua proposta, que inclui R\$ 300 mil para cônjuges ou companheiros de trabalhadores mortos, R\$ 300 mil para cada filho, R\$ 150 mil para cada pai e mãe e R\$ 75 mil para cada irmão. Além disso, para reparar os danos materiais, a empresa propõe manter o pagamento mensal correspondente a dois terços do salário do empregado até a data em que ele completaria 75 anos. A proposta da Vale foi recusada pelas famílias das vítimas que se reuniram em assembleia no mês passado.

Doações

Além dos pagamentos acordados na esfera judicial, a Vale anunciou, três dias após a tragédia, a doação de R\$ 100 mil para cada família que perdeu um parente. Um balanço divulgado pela mineradora no dia 25 de fevereiro mostrava que, até então, 264 pagamentos tinham sido feitos. Outra doação, no valor de R\$ 50 mil, está sendo assegurada para as famílias que residiam na área de alagamento. Esses repasses não poderão ser deduzidas das futuras indenizações, que ainda serão calculadas.

A Vale prometeu também o pagamento de R\$ 15 mil para pessoas que desenvolviam atividades produtivas ou comerciais na área atingida pela lama. As doações tiveram início de fevereiro, mas foram suspensas nove dias depois, a pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais, que viu problemas na formulação dos termos de recebimento. Após ajustes por parte da mineradora, os repasses foram retomados no dia 20 de fevereiro.

Com informações Agência Brasil

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/03/2019/familias-de-brumadinho-receberao-cesta-basica-mensal-da-vale-por-1-ano>

Famílias de Brumadinho receberão cesta básica mensal da Vale por um ano

Agência Brasil

Famílias residentes nas comunidades do Córrego do Feijão e do Parque da Cachoeira, em Brumadinho, atingidas pela lama que vazou de uma barragem de rejeitos da Vale em 25 de janeiro, receberão uma cesta básica mensal da mineradora pelo período de um ano. A medida, anunciada sexta-feira (8) pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi acordada em audiência judicial.

A garantia da cesta básica junta-se a outros compromissos pactuados em um termo de ajuste preliminar (TAP) firmado no dia 20 de fevereiro. O acordo prevê o pagamento de auxílio mensal emergencial aos atingidos conforme os seguintes critérios: um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo por adolescente e um quarto de salário mínimo por criança. Têm direito a receber tais valores todos os residentes em Brumadinho e nas localidades que estiverem a menos de 1 quilômetro do leito do Rio Paraopeba até a cidade de Pompéu, onde fica a represa de Retiro de Baixo. As quantias serão pagas durante um ano.

Negociado em audiências públicas conduzidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o TAP foi proposto à Vale por instituições como o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensorias Públicas do estado e da União e Advocacia-Geral do estado e da União. O acordo também fixa a obrigação de a mineradora custear a contratação de assessoria técnica independente para fornecer suporte às pessoas atingidas pelo desastre ambiental.

As próprias vítimas escolherão as entidades que vão atendê-las. Assessorias técnicas independentes já prestam assistência aos atingidos pela tragédia de Mariana, em Minas Gerais, onde a obrigação de arcar com os custos da contratação é da Samarco, responsável pela barragem que se rompeu em novembro de 2015.

Outro compromisso assumido pela Vale diz respeito ao ressarcimento dos cofres do estado de Minas Gerais por todos os gastos emergenciais efetuados em decorrência do rompimento da barragem. A empresa concordou em depositar, em um prazo de 10 dias, o valor das multas aplicadas pela Secretaria de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), que giram em torno de R\$ 99 milhões. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também aplicou multas, que somam cerca de R\$ 250 milhões.

Conforme o último boletim da Defesa Civil de Minas Gerais, divulgado ontem (8), 197 pessoas já foram encontradas sem vida em decorrência do rompimento da barragem e 111 estão desaparecidas. Grande parte das vítimas eram empregados da Vale e de empresas terceirizadas que prestavam serviço para a mineradora.

Na Justiça trabalhista, em audiências realizadas dentro de ação movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a empresa também já assumiu alguns compromissos. Foi assegurada a manutenção do pagamento de dois terços dos salários de todos os empregados que morreram. Os valores serão repassados às famílias por um ano, ou até que seja fechado um acordo definitivo de indenização. Para os desaparecidos, por enquanto, está sendo pago o salário integral.

A Vale se comprometeu ainda a não realizar transferências para outras unidades em caso de discordância do trabalhador. Também garantiu o salário dos funcionários sobreviventes, inclusive dos terceirizados, até o fim deste ano. Outros compromissos assumidos pela mineradora com as vítimas estão relacionados com plano de saúde, atendimento psicológico e auxílios-funeral, creche e educação.

As divergências em torno do acordo definitivo de indenização persistem. A Vale mantém sua proposta, que inclui R\$ 300 mil para cônjuges ou companheiros de trabalhadores mortos, R\$ 300 mil para cada filho, R\$ 150 mil para cada pai e mãe e R\$ 75 mil para cada irmão. Além disso, para reparar os danos materiais, a empresa propõe manter o pagamento mensal correspondente a dois terços do salário do empregado até a data em que ele completaria 75 anos. A proposta da Vale foi recusada pelas famílias das vítimas que se reuniram em assembleia no mês passado.

Além dos pagamentos acordados na esfera judicial, a Vale anunciou, três dias após a tragédia, a doação de R\$ 100 mil para cada família que perdeu um parente.

Um balanço divulgado pela mineradora no dia 25 de fevereiro mostrava que, até então, 264 pagamentos tinham sido feitos. Outra doação, no valor de R\$ 50 mil, está sendo assegurada para as famílias que residiam na área de alagamento. Esses repasses não poderão ser deduzidas das futuras indenizações, que ainda serão calculadas.

A Vale prometeu também o pagamento de R\$ 15 mil para pessoas que desenvolviam atividades produtivas ou comerciais na área atingida pela lama. As doações tiveram início de fevereiro, mas foram suspensas nove dias depois, a pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais, que viu problemas na formulação dos termos de recebimento. Após ajustes por parte da mineradora, os repasses foram retomados no dia 20 de fevereiro.

Com informações da Agência Brasil .

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/03/familias-de-brumadinho-receberao-cesta-basica-mensal-da-vale-por-um-ano/>

Conciliação e mediação? O critério trabalhista puro

Por Doroteia Silva de Azevedo Mota

Com a advento da regulamentação da política pública dos métodos de resolução apropriada de disputas, entram em cena as discussões acerca das diferenças entre os institutos da conciliação e da mediação e muitas dúvidas podem surgir. Essas dúvidas trazem problemas de ordem prática, como a incerteza quanto à aplicação de técnicas e a própria capacitação do conciliador ou mediador. Paralelo a isso, ainda persistem as ideias contrárias ao uso da mediação para a resolução de conflitos ou disputas trabalhistas, existindo aqueles que a ele se opõem, tendo por base o princípio da hipossuficiência do empregado ante o empregador e o princípio da irrenunciabilidade de direitos, ambos do Direito do Trabalho.

Inicialmente, as semelhanças: ambos são meios autocompositivos de resolução adequada de conflitos ou disputas; tanto na conciliação quanto na mediação há um terceiro, neutro e imparcial, cujo papel é auxiliar as partes na resolução de uma disputa, sem poder decisório e sem conceder aconselhamento jurídico. Tanto em um quanto em outro método as partes decidem de que forma irão pôr fim à disputa entre elas, com a ajuda do conciliador ou mediador. Via de regra, portanto, não haveria diferença.

O Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a Resolução CSJT 174/2016 apresentam diferentes traços distintivos. Primeiramente, a Lei 13.105/2015, nos parágrafos 2º e 3º do artigo 165, adota, como critério diferenciador, a relação prévia entre as partes, ou o "vínculo anterior entre as partes": se não existia, será usada a conciliação; se existia, será a mediação. Trata-se, em verdade, muito mais de um fator operacional, uma "orientação de encaminhamento", que propriamente um conceito ou definição, como leciona André Gomma de Azevedo[1].

Esse critério possui uma fragilidade, que é justamente a possibilidade de ocorrer o oposto: fazer uma conciliação quando há um vínculo anterior entre as partes e fazer uma mediação quando esse vínculo não existe. Como exemplo da primeira situação, um empregado e um empregador, vindos de uma longa relação de emprego, numa sessão no **Cejusc** (Centros Judiciais de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, na Justiça do Trabalho, popularmente

conhecidos como "centros de conciliação"), chegarem rapidamente a um acordo, baseado apenas em posições. Não se utilizariam técnicas nem o processo de mediação, e, no entanto, a relação prévia estaria ali.

No âmbito da Justiça do Trabalho, a Resolução CSJT 174/2016 traça o critério da "criação ou não de proposta de opções para composição do litígio": se houver proposta de opções, por parte do mediador, será conciliação; se não houver, será mediação.

Trata-se de um critério interessante, contudo ignora a existência de uma técnica de mediação conhecida como "proposta do mediador" (em inglês, mediator's proposal), que é usada quando as partes já estão num impasse ou prestes a chegar nele, e nada mais parece resolver - então o mediador apresenta sua proposta e as partes decidem se a aceitam ou não. Apesar de ser uma espécie de "último recurso", constitui-se em uma criação de proposta de opção por parte do mediador. Então não seria mediação? Tudo que fora feito anteriormente seria cancelado e voltariam todos ao status quo ante?

A resposta é "não". Impossível cancelar todo o trabalho já feito para que as partes cheguem a um acordo, apenas com base na diferença de terminologia ou na "necessidade" de se identificar um e outro instituto. Talvez baseados nessa premissa, alguns autores preferam não apontar diferenças entre os dois.

A Lei de Mediação (Lei 13.140, de 26 de junho de 2015), em seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: "Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia". Esse diploma legislativo "dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública". Não conceitua nem define a conciliação.

Para a Justiça do Trabalho, a distinção, além do interesse acadêmico, se mostra importante para estabelecer se é possível o uso da mediação para a resolução de disputas trabalhistas, ou disputas entre trabalhador e empregador. Hodiernamente, vemos que

essa possibilidade existe e foi concretizada na Resolução CSJT 174/2016.

Dessa discussão acerca do uso da mediação nas disputas trabalhistas nasceu o critério que ousei designar "trabalhista puro", para traçar a distinção entre conciliação e mediação. Segundo o critério trabalhista puro, a conciliação é uma das fases do processo do trabalho em que se tenta fazer com que as partes cheguem a um consenso por meio de um acordo. Existem ao menos duas tentativas de conciliação obrigatórias no processo trabalhista, uma antes de recebida a defesa e outra após o término da instrução. A qualquer momento, contudo, pode ser tentada a conciliação, determinada pelo magistrado ou a pedido das partes, porém, realizada, nos termos da Resolução CSJT 174/2016 e caso ocorra no **Cejusc**, pelo juiz ou pelo servidor capacitado para tanto.

E a mediação? A mediação é um processo em si mesmo, ou seja, um processo dotado de etapas e procedimentos, que são: pré-mediação, abertura, comunicação, negociação, encerramento. A mediação também contém técnicas. E pode ser usada na conciliação.

Esse critério leva o nome "trabalhista puro" porque é calcado na conciliação praticada na Justiça do Trabalho, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quando se diz que o juiz do Trabalho ou a Justiça do Trabalho é vocacionada para a conciliação, tem a conciliação em seu "DNA", está-se referindo à previsão normativa que estabeleceu a conciliação como etapa processual obrigatória, muito antes de ser criada a determinação constante do artigo 334, do Código de Processo Civil, no sentido de que "o juiz designará audiência de conciliação e mediação" ao receber a petição inicial.

Para um melhor entendimento do critério trabalhista puro, necessário um maior estudo do processo de mediação, suas fases, as diversas técnicas utilizadas, para se compreender, inclusive, por que a mediação pode (e deve) ser usada na conciliação, entendida esta, repita-se, como fase do processo do trabalho, destinada a alcançar a resolução da disputa por intermédio do acordo, que, uma vez homologado pelo juiz, equivale a sentença contra a qual não cabe recurso.

E como fazer com as lides que não são trabalhistas?

O mesmo critério pode ser adotado, entendendo-se a fase em que o magistrado designa audiência para se tentar acordo como sendo a conciliação, e a mediação como o processo que poderá ser utilizado para resolver o conflito.

Como tanto a mediação quanto a conciliação contém aspectos de ordem teórica e prática, e por estarem os mediadores/conciliadores lidando com as emoções e questões pessoais de cada parte, a capacitação do mediador/conciliador é de vital importância, inclusive quanto ao processo de mediação. É preciso que ele ou ela esteja preparado para lidar com a disputa que se instaurou, não apenas para que o acordo seja alcançado, porque o acordo não é obrigatório, mas principalmente para que a condução seja feita de forma correta, em atendimento aos princípios éticos que norteiam os dois institutos. Qualquer descuido com relação à lisura, transparência e eficiência do procedimento poderá resultar em graves prejuízos ao trabalho realizado e comprometer a sua eficácia, não importando se se trata de conciliação ou mediação.

Quanto à diferenciação, o critério trabalhista puro, como visto, pode atender perfeitamente às demandas trabalhistas, e ainda ser aproveitado para as disputas que tenham por objeto causas de outra natureza. Fica a sugestão.

Referências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 6a Edição (Brasília/DF: **CNJ**), 2016).

Lei 13/105, de 16 de março de 2015. Disponível em . Último acesso em 25 de fevereiro de 2019.

Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei Geral de Mediação). Disponível em . Último acesso em 25 de fevereiro de 2019.

Resolução CSJT 174, de 30 de setembro de 2016. Disponível em . Último acesso em 25 de fevereiro de 2019.

[1] BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 6a Edição (Brasília/DF: **CNJ**), 2016).

Site: <http://www.conjur.com.br/2019-mar-10/doroteia-mota-conciliacao-mediacao-criterio-trabalhista-puro>

Prisão de RO recebe metade da cúpula do PCC transferida ao sistema federal

**Luís Adorno
Rebello
Costa**

**, Aiuri
e Flávio**

Dos 22 integrantes da cúpula do PCC (Primeiro Comando da Capital) transferidos no mês passado para presídios federais, 12, incluindo o chefe máximo, Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, estão na penitenciária de Porto Velho gerida pelo governo federal.

O UOL obteve, por meio de consultas feitas nos processos individuais de cada um dos integrantes da cúpula do PCC, o local para onde foram transferidos. Além de Porto Velho, o destino de sete deles foi Mossoró (RN), e o de outros três, Brasília. Entre os que estão na capital do país está Marcolinha, o irmão mais novo de Marcola.

Entre os transferidos mês passado, 15 são considerados do primeiro escalão na chefia da facção e estavam no presídio de Presidente Venceslau (SP), incluindo Marcola. Outros sete, do segundo escalão, estavam no RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), em Presidente Bernardes (SP).

As determinações judiciais apontam que todos deverão permanecer nos presídios federais por ao menos 360 dias, sendo que, nos dois primeiros meses, em total regime de isolamento. As transferências ocorreram após o governo de São Paulo ter descoberto um plano de fuga de Marcola.

O presídio onde mais da metade da cúpula está fica localizado em uma área de mata densa, na rodovia federal BR-364, que corta o estado de Rondônia quase em paralelo ao rio Madeira e à divisa com o estado do Amazonas. As autoridades acreditam que, pela localização geográfica, o risco de uma fuga do local é menor.

Além dos 22 integrantes da cúpula transferidos em fevereiro, outros três criminosos com cargos altos da facção, que já estavam no sistema penitenciário federal, foram levados para Brasília em 17 de outubro do ano passado: Abel Pacheco de Andrade (Vida Loka), Roberto Soriano (Tiriça) e Wanderson Nilton Paula Lima (Andinho).

Desde 2011, quando os presídios federais foram

criados, nunca houve registro de fuga ou rebelião. De acordo com o **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)**, das 832 vagas mantidas nos quatro presídios federais existentes até o primeiro semestre do ano passado, 492 (59%) estavam ocupadas.

Dentro desses estabelecimentos, os presos ocupam celas individuais em total confinamento por 22 horas diárias, com direito a duas horas destinadas ao banho de sol, monitoradas de perto por agentes federais.

Porto Velho

Marco Willians Herbas Camacho (Marcola)

Lourivaldo Gomes Flor (Louro)

Pedro Luís da Silva Moraes (Chacal)

Alessandro Garcia de Jesus Rosa (Pulft)

Fernando Gonçalves dos Santos (Colorido)

Patric Velinton Salomão (Forjado)

Lucival de Jesus Feitosa (Val do Bristol)

Cláudio Barbará da Silva (Barbará)

Almir Rodrigues Ferreira (Nenê de Siminone)

Reginaldo do Nascimento (Jatobá)

Rogério Araújo Taschini (Rogerinho)

Célio Marcelo da Silva (Bin Laden)

Mossoró (RN)

Márcio Luciano Neves Soares (Pezão)

Alexandre Cardozo da Silva (Bradok)

Daniel Vinícius Canônico (Cego)

Julio Cesar Guedes de Moraes (Julinho Carambola)

Luis Eduardo Marcondes Machado de Barros (Du da Bela Vista)

Cristiano Dias Gangi (Crisão)

Brasília

Alejandro Juvenal Herbas Camacho Junior
(Marcolinha)

Antonio José Muller Júnior (Granada)

Reinaldo Teixeira dos Santos (Funchal)

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/prisao-de-ro-recebe-metade-da-cupula-do-pcc-transferida-ao-sistema-federal.shtml>

Acusado de matar dono de jornal vai a júri após 35 anos do crime

Moacir Rodrigues teria cometido o crime, em maio de 1984, com policial que foi morto

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@preegazeta.com.br

Faltando menos de um mês para o crime prescrever, Moacir Rodrigues de Souza senta no banco dos réus como o assassino do diretor e proprietário do jornal *Povão*, José Roberto Jeveaux. O julgamento ocorre quase 35 anos após o crime, que aconteceu na fase final da ditadura militar, em maio de 1984. Ele também responderá pela tentativa de assassinato do vigia do jornal, Valdevino Conceição de Jesus.

Outro acusado pelos crimes, junto com Moacir, foi o policial Levyr Sarmiento Filho. Ele se entregou a polícia alguns meses após a execução do jornalista, mas acabou sendo morto em fevereiro de 1985. Na época os indícios eram de que tinha ocorrido "queima de arquivo".

De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual, oferecida 20 anos após o crime, a motivação para o assassinato do jornalista seriam as matérias por ele publicadas. "O jornal incomodava muita gente de ex-

pressão no Estado, denunciando vários desmandos, arbitrariedades, abuso de autoridades, abuso de poder e tantas outras barbaridades que se implantara, naquela oportunidade, nesta terra, sendo o seu dono condenado a morrer e o seu jornal a sair de circulação", destaca o texto.

Foi relatado ainda na denúncia que se tratava de um "crime de mando", mas que a investigação, durante os 20 anos em que o inquérito policial levou para ser concluído, não conseguiu apontar os nomes dos mandantes. "Cla-

ro está que o crime, em tese, fora praticado a mando, mas por quem? Só Deus sabe, eis que, em nenhum momento as investigações embrionárias foram direcionadas para esta linha de raciocínio", diz o texto.

Foi deixado claro ainda que tudo indicava que o interesse era o de que o processo caminhasse para não ir a julgamento. "Existiu sim, interesse de que esse aglomerado de papel (inquérito) caminhasse a passos largos para atingir o lapso prescricional, o que está prestes a ocorrer", destaca a denúncia do MPES, oferecida em 11 de maio de 2004.

SUMIÇO

O corpo de Jeveaux nunca foi localizado. A última vez em que ele foi visto foi em sua casa, na noite do dia 20 de maio de 1984, localizada em Barro Vermelho, Vitória. Pouco antes de sair para um evento, seu filho de 14 anos o deixou em casa, na companhia de duas pessoas que foram acusadas de executá-lo: Moacir e o policial Levyr. Os dois teriam ido com o jornalista a um bar nas proximidades, onde beberam. Na volta, o mataram. Tudo o que restou na casa foi um rastro de



A Gazeta noticiou que assassinato era mistério

sangue indo em direção à saída, que mais tarde foi comprovado pela polícia ser de Jeveaux.

Segundo a denúncia do MPE, Levyr e Moacir colocaram o corpo de Jeveaux no bagageiro do seu carro, um Voyage com placa de táxi, e o levaram para a sede do jornal, no Centro de Vitória. "Para lá terminou o serviço, aonde colocariam fogo, criminosamente, nas instalações e maquinários do referido jornal".

Quando chegaram no local se depararam com o vigia Valdevino, contra quem atiraram. Cinco tiros o atingiram e ele ficou caído no chão. Dado como

morto, ele assistiu as tentativas de Moacir e Levyr de atear fogo no jornal, sem sucesso. Lá ele foi abandonado. Os executores fugiram levando o corpo de Jeveaux no bagageiro. Nunca se descobriu o que com ele foi feito.

Moacir foi pronunciado - decisão que o encaminha para ser julgado por um Tribunal do Júri em maio de 2017. Na ocasião foi mantido o seu mandado de prisão. Ele foi detido em novembro daquele ano e permanece preso. As 13 horas de hoje, Moacir sentará no banco dos réus no Fórum Criminal de Vitória.

O CASO

CRIME

Na noite do dia 20 de maio de 1984, o jornalista José Roberto Jeveaux, proprietário do jornal *Povão* foi assassinado dentro de sua casa, no Barro Vermelho, em Vitória.

JORNAL

Seu corpo, segundo denúncia do Ministério Público Estadual, foi levado no bagageiro de um carro até a sede do jornal, no Centro de Vitória. Lá seria provocado um incêndio para destruir o jornal e o corpo.

VIGIA

Os assassinos foram surpreendidos pelo vigia Valdevino Conceição de Jesus, contra quem deram cinco tiros. Ele testemunhou as tentativas mal sucedidas de incêndio e que foi abandonado no local como morto.

RÉUS

Foram acusados pelo assassinato do jornalista e a tentativa de morte do vigia, Moacir Rodrigues de Souza e o policial Levyr Sarmiento Filho. O último acabou sendo morto em fevereiro de 1985. Assim, somente Moacir será julgado.

CORPO

O corpo do jornalista Jeveaux nunca foi encontrado. Não se sabe o que com ele foi feito.

DENÚNCIA

No dia 11 de maio de 2004 o Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra Moacir pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio.

PRONÚNCIA

Em 18 de maio de 2017 ocorreu a pronúncia de Moacir - a decisão judicial

Crime de homicídio iria prescrever em um mês

▲ No próximo dia 9 de abril, o acusado Moacir Rodrigues de Souza completará 70 anos. Com a data ele receberia o benefício da prescrição do crime de homicídio e tentativa de homicídio por ele cometido, segundo denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual. De acordo com o advogado

do réu Frederico Vilela Vicentini, em uma situação normal, o crime prescreve se não for oferecida uma denúncia em 20 anos. Neste caso, o crime ocorreu em 20 de maio de 1984 e a denúncia foi oferecida em 11 de maio de 2004, quase 20 anos depois, e dentro do prazo. Porém, quando o réu completa 70

anos, o prazo de prescrição cai pela metade, ou seja, a denúncia teria que ter sido apresentada dez anos antes. Isso faria com que Moacir não fosse a julgamento. Mas para evitar que isso ocorresse no próximo dia 9, aniversário do réu, o juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches, marcou o

julgamento para hoje.

O advogado está confiante com o julgamento. "Vamos trazer a versão dele, mostrar os pontos que Moacir acreditar serem verdadeiros. Ele afirma ser inocente", destacou Frederico, sem revelar os argumentos que irá apresentar. Ele conta que Moacir trabalhava

com esquadrias de alumínio e que chegou a prestar serviços para o jornalista José Roberto Jeveaux. "Ele fazia serviços para o jornal e o jornalista apresentava a ele muitos clientes", relatou, acrescentando que Moacir não conhecia Levyr, seu suposto comparsa.



SESSÃO no STF: com 39 mil ações em tramitação, a agenda do tribunal não consegue absorver todas as discussões

Mais de 970 mil ações à espera do Supremo

Processos estão parados nas instâncias inferiores porque o STF não analisou definitivamente os temas relacionados

RIO

Um gargalo do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a ações com repercussão geral tem travado a tramitação de 976,7 mil processos na Justiça brasileira, mostra levantamento feito pelo G1 com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Essas ações estão paradas nas instâncias inferiores porque a Suprema Corte não analisou definitivamente os temas relacionados.

Só com o julgamento final dos temas que geraram a repercussão

geral de cada caso é que os tribunais de todo o País podem aplicar o entendimento do STF.

A repercussão geral é um dispositivo usado pelo STF para padronizar no Judiciário a interpretação e as sentenças sobre temas relevantes que criam enorme volume de ações individuais. Com esse instrumento, a Justiça não precisa decidir milhares de vezes, individualmente, sobre o mesmo tema.

A partir de quando é estabelecida a repercussão geral e o STF finaliza o julgamento do tema, a decisão tomada pela mais alta Corte do País tem de ser aplicada pelas instâncias inferiores se os processos tratarem da mesma questão.

Com 39 mil ações em tramitação no tribunal, a agenda do STF não consegue absorver todas as discussões com repercussão geral reconhecida, o que faz com que processos em instâncias inferiores fiquem suspensos aguardando uma

manifestação final do Supremo.

Nos últimos seis anos, mais do que dobrou o número de ações paralisadas no Judiciário aguardando o desfecho no Supremo do julgamento de temas afetados por repercussão geral. Levantamento do STF realizado em fevereiro de 2019 mostrou que, naquela ocasião, havia 425 mil processos que dependiam do tribunal parados nos escaninhos da Justiça.

Estão pendentes de análise pelo STF 308 temas de repercussão geral. Em 2018, foram incluídos 43 novos assuntos, sendo que 32 foram aprovados e 11 negados.

Ano passado, a Corte definiu a repercussão geral de 27 temas, o que permitiu que mais de 88,3 mil ações fossem resolvidas. Foi o menor número desde 2012, quando foram julgados 12 assuntos. Entre os temas julgados em 2018 está o que liberou terceirizados nas atividades-fim das empresas.

Porte de drogas na lista

Entre os temas que o STF ainda deve concluir o julgamento para a repercussão geral ter efeito nas instâncias inferiores está uma ação que deve definir se é crime o porte de drogas para uso pessoal.

O julgamento está marcado para 5 de junho. Três dos 11 magistrados do STF já se manifestaram sobre o tema em 2015, quando o caso começou a ser julgado. Os ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso votaram pela descriminalização. Há 2.939 processos relacionados a esse tema suspensos no Judiciário à espera da decisão do STF.

Em outro caso com repercussão geral, a Suprema Corte também deve analisar se o Estado é obrigado a fornecer medicamento de alto custo não disponíveis na lista do Sistema Único de Saúde (SUS) a portador de doença grave sem re-



FACHIN: voto pela descriminalização

ursos financeiros. O julgamento está marcado para o dia 22 de maio. São 32,9 mil ações emperradas à espera da definição deste tema. "A porta da Justiça era a única que ainda estava aberta para algumas pessoas", disse o biólogo Cristiano Silveira, integrante do movimento Minha Vida Não Tem Preço.

ENTENDA

Caminho para o STF reconhecer a repercussão geral de um tema

> QUANDO há controvérsia nos tribunais inferiores, os envolvidos podem recorrer ao STF por meio de um recurso chamado "extraordinário".

> O REQUISITO para que esse recurso seja analisado pelo STF é a existência da repercussão geral. Essa análise é exclusiva do STF e costuma ser feita no plenário virtual da Corte.

> AO menos quatro ministros têm de avaliar que questão terá impacto social, político, econômico ou jurídico, além do interesse de uma só pessoa.

> RECONHECIDA a repercussão geral, o relator do recurso manda suspender todos os processos semelhantes no país até que o STF se pronuncie.

> A DECISÃO FINAL do plenário sobre o tema passa a orientar os demais juízes e tribunais.

'O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?'

Luiz Maklouf Carvalho

O senador estreante Alessandro Vieira, PPS-SE, disse ao Estado que vai reapresentar à mesa do Senado, na retomada dos trabalhos, o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os tribunais superiores de Justiça, no momento arquivado.

O pedido da CPI da Lava Toga, como ficou mais conhecida, foi protocolado na primeira semana de fevereiro, com as 27 assinaturas minimamente necessárias. Como dois senadores as retiraram, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), determinou o arquivamento.

Aos 43 anos, casado, três filhos, o ex-delegado de polícia, por 18 anos, foi eleito, então na Rede, com 470 mil votos e despesa de R\$ 70 mil, derrotando caciques da política sergipana.

Ganhou, com a proposta de CPI, imediata visibilidade.

Alinhado com o presidente Jair Bolsonaro, na segunda tentativa pela Lava Toga, Vieira vai incluir um voto-vista do ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal.

Proferido no Habeas Corpus 79.441, o voto diz que nem todos os atos do Poder Judiciário estão excluídos da investigação parlamentar. Leia trechos de sua entrevista | Por que o sr. vai reapresentar a proposta?

Porque a caixa-preta da cúpula do Poder Judiciário nunca foi aberta. Ela se blinda de forma severa. É o único dos poderes que continua intocável - e isso é ruim para a democracia.

| O seu foco é a cúpula?

Sim. A base do Judiciário, hoje, por conta do **Conselho Nacional de Justiça**, é superfiscalizada, tem método, tem transparência.

E a cúpula não.

| Por exemplo...

Os ministros do Supremo não estão sequer submetidos a prazos, e, em vários pontos, nem mais à lei. Eles são intocáveis.

| A Constituição garante o pedido de impeachment de ministros do Supremo ao Senado. Não é suficiente?

A única forma de tirar um ministro é o pedido de impeachment, processado e julgado pelo Senado. Só que não funciona.

Tem 28 pedidos arquivados, sem terem sido apreciados.

| E em que medida uma CPI resolveria isso?

Criando um clima para que a cúpula seja forçada a se abrir.

É perfeitamente viável. Tem um voto-vista do ministro Celso de Mello dizendo que pode ter CPI para tratar do Judiciário.

O que não pode é tratar de decisões de mérito - e não é a isso que a CPI se propõe.

| A quem ela se propõe?

A produzir informação consistente sobre dados que nós não temos hoje.

| Por exemplo.

Saber, com clareza, o que leva o Supremo a retardar um julgamento por uma década. É um problema estrutural?

| Teríamos, então, por exemplo, que o ministro Dias Toffoli, atual presidente, seria chamado à CPI para explicar isso?

Ou ele ou aquele que tenha o estoque de processo mais aberrante.

Porque o objetivo final da CPI é gerar um relatório que possa substanciar e subsidiar projetos de lei.

| O ministro Marco Aurélio é o recordista em acumular habeas corpus. Ele também iria?

Certamente ele seria chamado a esclarecer. O objetivo é entender, levar transparência, buscar soluções.

I Isso não vai atrapalhar a governabilidade?

Ou é isso mesmo que o sr. quer?

Eu não consigo ver nenhum risco à governabilidade. O Brasil passou por impeachment, teve presidente com duas denúncias de corrupção nas costas, passou por uma eleição em que o principal candidato foi esfaqueado, tem ex-presidente condenado e preso - e a democracia continuou a funcionar.

I O sr. vislumbra, caso seja aprovada, que algum desses ministros atenderia à convocação?

É uma situação que a gente vai ver na prática. O fato de estar ocupando cadeira, mesmo na mais alta corte, não garante imunidade. Essa CPI é uma demanda da sociedade, e o legislador está aqui para materializar as demandas da sociedade.

I O sr. tem algum dado sobre a demanda da sociedade a esta questão específica?

Não. Mas qualquer filtro de análise vai colocar como ponto de resistência a transparência na cúpula do Judiciário.

I O sr. não está generalizando?

Não. No caso do STF, você tem o descontrole do tribunal como um todo. São milhares de processos, pedidos de vista sem volta...

I Mas em quê uma CPI iria resolver isto?

Ela traz os dados e busca uma solução concreta.

I As mazelas do Supremo são fartamente conhecidas. Os dados são públicos, estão à disposição.

Não é tão transparente. Só a CPI faz uma produção de conhecimento mais qualificada.

Pode servir para embasar projetos de lei e investigações que se tornem necessárias.

I Podem surgir investigações?

Sim. Por exemplo: ainda não se tem um cruzamento sobre como funciona a correlação entre duração do processo e escritórios de advocacia.

I Este ponto não entrou no seu primeiro pedido. Vai entrar no segundo?

Estamos trabalhando nisso. E também em atividades econômicas exercidas por ministros e não acobertadas pela Lei Orgânica da Magistratura.

I Os advogados também seriam convocados à CPI?

É uma possibilidade.

I O sr. imagina, por exemplo, que um Sérgio Bermudes possa comparecer?

Com certeza. É um grande advogado, de quem a esposa do ministro Gilmar Mendes é sócia.

Talvez a referência (para a convocação) seja esta.

I O que mais entraria, em relação aos ministros do Supremo?

A liminar do ministro Luiz Fux mantendo o auxílio moradia, por quatro anos, até ser negociada por um aumento salarial.

I Mas aí já é entrar no mérito da decisão, não?

Não. Isso, na prática, é extorsão, ainda que seja uma palavra dura. A liminar que permanece no tempo é obstáculo para a prestação jurisdicional, porque impede o plenário de apreciar.

I O ministro Luiz Fux dirá, até o fim dos dias, que tem o poder constitucional de dar a liminar.

Ele tem prazo regimental de duas sessões para devolver.

Não devolvendo, precisa explicar porque não devolve.

I O Supremo não cumpre esse prazo de duas semanas.

A CPI quer encontrar um parâmetro que seja sério, para ser efetivamente cumprido. A Justiça tem que ser certa, previsível, não pode ser loteria.

I As CPIs tem seu lado circense e demagógico. O sr. imagina um ministro do STF sujeito a isso?

Eu comparo com a perspectiva histórica da prisão do Lula.

I O que o sr. está dizendo é: se o Lula foi preso, nada impede que um ministro do STF seja preso?

Exatamente. Ninguém pode estar acima da lei.

Leia o voto de Celso de Mello

"Entendo que se revela constitucionalmente lícito, a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, investigar atos de caráter não-jurisdicional emanados do Poder

Judiciário, de seus integrantes ou de seus servidores, especialmente se se cuidar de atos que, por expressa determinação constitucional, se exponham à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Legislativo, ou que traduzam comportamentos configuradores de infrações políticoadministrativas eventualmente praticadas por juízes do Supremo Tribunal Federal, que se acham sujeitos, em processo de impeachment, à jurisdição política do Senado da República."

Notícias Relacionadas:

ES HOJE ONLINE - ES

'O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?'

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Às vésperas de completar 5 anos, caso Bernardo Boldrini será julgado

Redação Folha Vitória

A cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, com cerca de 23,9 mil habitantes, prepara-se para acompanhar o julgamento de um dos casos que mais abalaram o país. A partir das 9h30 desta segunda-feira (11), os quatro réus denunciados pela morte de Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos, em abril de 2014, estarão diante da juíza, do promotor, dos advogados e do júri.

O pai de Bernardo, a madrasta e um casal estarão no banco dos réus. O julgamento deve durar cinco dias. O pai de Bernardo, Leandro Boldrini, a madrasta, Graciele Ugulini, e os irmãos Edelvânia e Evandro Wirganovicz respondem pelos crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver e falsificação ideológica.

As informações são do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

O corpo da criança foi encontrado 10 dias depois, em uma cova vertical, à beira de um riacho em Frederico Westphalen. Pelas investigações, o menino recebeu uma injeção letal. O pai de Bernardo é médico.

Julgamento

O julgamento será presidido pela juíza Sucilene Engler e, na acusação, estará o promotor de Justiça Bruno Bonamente. Nas defesas, atuarão os advogados Ezequiel Vetoretti (Leandro), Vanderlei Pompeo de Mattos (Graciele), Jean de Menezes Severo (Edelvânia) e Hélio Francisco Sauer (Evandro).

Dezoito testemunhas prestarão depoimentos, sendo cinco arroladas pela acusação, nove pela defesa de Leandro Boldrini e quatro pela defesa de Graciele Ugulini. Em seguida, haverá o interrogatório dos réus.

O Conselho de Sentença é formado por sete jurados, que serão conhecidos em sorteio nesta segunda-feira. O grupo deverá manter-se incomunicável. Foram sorteados 25 jurados, mais suplentes, todos moradores de Três Passos, que abrange o município-sede, mais Bom Progresso, Tiradentes do Sul e Esperança do Sul.

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/03/2019/as-vesperas-de-completar-5-anos-caso-bernardo-boldrini-sera-julgado>

O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?

O senador estreante Alessandro Vieira, PPS-SE, disse que vai rerepresentar à mesa do Senado, na retomada dos trabalhos, o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os tribunais superiores de Justiça, no momento arquivado. O pedido da CPI da Lava Toga, como ficou mais conhecida, foi protocolado na primeira semana de fevereiro, com as 27 assinaturas minimamente necessárias. Como dois senadores as retiraram, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), determinou o arquivamento. Aos 43 anos, casado, três filhos, o ex-delegado de polícia, por 18 anos, foi eleito, então na Rede, com 470 mil votos e despesa de R\$ 70 mil, derrotando caciques da política sergipana. Ganhou, com a proposta de CPI, imediata visibilidade. Alinhado com o presidente Jair Bolsonaro, na segunda tentativa pela Lava Toga, Vieira vai incluir um voto-vista do ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal. Proferido no Habeas Corpus 79.441, o voto diz que nem todos os atos do Poder Judiciário estão excluídos da investigação parlamentar. Leia trechos da entrevista.

Por que o sr. vai rerepresentar a proposta?

Porque a caixa-preta da cúpula do Poder Judiciário nunca foi aberta. Ela se blinda de forma severa. É o único dos poderes que continua intocável - e isso é ruim para a democracia.

O seu foco é a cúpula?

Sim. A base do Judiciário, hoje, por causa do **Conselho Nacional de Justiça**, é superfiscalizada, tem método, tem transparência. E a cúpula não.

Por exemplo...

Os ministros do Supremo não estão sequer submetidos a prazos, e, em vários pontos, nem mais à lei. Eles são intocáveis.

A Constituição garante o pedido de impeachment de ministros do Supremo ao Senado. Não é suficiente?

A única forma de tirar um ministro é o pedido de impeachment, processado e julgado pelo Senado. Só que não funciona. Tem 28 pedidos arquivados, sem terem sido apreciados.

E em que medida uma CPI resolveria isso?

Criando um clima para que a cúpula seja forçada a se abrir. É perfeitamente viável. Tem um voto-vista do ministro Celso de Mello dizendo que pode ter CPI para tratar do Judiciário. O que não pode é tratar de decisões de mérito - e não é a isso que a CPI se propõe.

A que ela se propõe?

A produzir informação consistente sobre dados que nós não temos hoje.

Por exemplo?

Saber, com clareza, o que leva o Supremo a retardar um julgamento por uma década. É um problema estrutural?

Teríamos, então, por exemplo, que o ministro Dias Toffoli, atual presidente, seria chamado à CPI para explicar isso?

Ou ele ou aquele que tenha o estoque de processo mais aberrante. Porque o objetivo final da CPI é gerar um relatório que possa substanciar e subsidiar projetos de lei.

O ministro Marco Aurélio é o recordista em acumular habeas corpus. Ele também iria?

Certamente ele seria chamado a esclarecer. O objetivo é entender, levar transparência, buscar soluções.

Isso não vai atrapalhar a governabilidade? Ou é isso mesmo o que o sr. quer?

Eu não consigo ver nenhum risco à governabilidade. O Brasil passou por impeachment, teve presidente com duas denúncias de corrupção nas costas, passou por uma eleição em que o principal candidato foi esfaqueado, tem ex-presidente condenado e preso - e a democracia continuou a funcionar.

O sr. vislumbra, caso seja aprovada, que algum desses ministros atenderia à convocação?

É uma situação que a gente vai ver na prática. O fato de estar ocupando cadeira, mesmo na mais alta corte,

não garante imunidade. Essa CPI é uma demanda da sociedade, e o legislador está aqui para materializar as demandas da sociedade.

O sr. tem algum dado sobre a demanda da sociedade a esta questão específica?

Não. Mas qualquer filtro de análise vai colocar como ponto de resistência a transparência na cúpula do Judiciário.

O sr. não está generalizando?

Não. No caso do STF, você tem o descontrole do tribunal como um todo. São milhares de processos, pedidos de vista sem volta...

Mas em que uma CPI iria resolver isto?

Ela traz os dados e busca uma solução concreta.

As mazelas do Supremo são fartamente conhecidas. Os dados são públicos, estão à disposição.

Não é tão transparente. Só a CPI faz uma produção de conhecimento mais qualificada. Pode servir para embasar projetos de lei e investigações que se tornem necessárias.

Podem surgir investigações?

Sim. Por exemplo: ainda não se tem um cruzamento sobre como funciona a correlação entre duração do processo e escritórios de advocacia.

Este ponto não entrou no seu primeiro pedido. Vai entrar no segundo?

Estamos trabalhando nisso. E também em atividades econômicas exercidas por ministros e não acobertadas pela Lei Orgânica da Magistratura.

Os advogados também seriam convocados à CPI?

É uma possibilidade.

O sr. imagina, por exemplo, que um Sérgio Bermudes possa comparecer?

Com certeza. É um grande advogado, de quem a esposa do ministro Gilmar Mendes é sócia. Talvez a referência (para a convocação) seja esta.

O que mais entraria, em relação aos ministros do Supremo?

A liminar do ministro Luiz Fux mantendo o auxílio-moradia, por quatro anos, até ser negociada por um

aumento salarial.

Mas aí já é entrar no mérito da decisão, não?

Não. Isso, na prática, é extorsão, ainda que seja uma palavra dura. A liminar que permanece no tempo é obstáculo para a prestação jurisdicional, porque impede o plenário de apreciar.

O ministro Luiz Fux dirá, até o fim dos dias, que tem o poder constitucional de dar a liminar.

Ele tem prazo regimental de duas sessões para devolver. Não devolvendo, precisa explicar por que não devolve.

O Supremo não cumpre esse prazo de duas semanas.

A CPI quer encontrar um parâmetro que seja sério, para ser efetivamente cumprido. A Justiça tem que ser certa, previsível, não pode ser loteria.

As CPIs têm seu lado circense e demagógico. O sr. imagina um ministro do STF sujeito a isso?

Eu comparo com a perspectiva histórica da prisão do Lula.

O que o sr. está dizendo é: se o Lula foi preso, nada impede que um ministro do STF seja preso?

Exatamente. Ninguém pode estar acima da lei.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Notícias Relacionadas:

FOLHA VITÓRIA - ES

O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?

AQUI NOTÍCIAS ONLINE - ES

O que leva o STF a retardar julgamento por uma década?

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/11/o-que-leva-o-stf-a-retardar-julgamento-por-uma-decada.htm>

CNJ Serviço: como é feita a gestão financeira da saúde no Brasil?

A Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Com um modelo de gestão descentralizado - governo federal (União), estados e municípios - a responsabilidade é de forma integrada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que foi criado para garantir o atendimento gratuito a qualquer cidadão, contando com a parceria entre as três esferas de governo, tanto nas questões administrativas e políticas, quanto no financiamento.

O sistema público de saúde funciona de forma referenciada. Isso ocorre quando o gestor local do SUS, não dispondo do serviço de que o usuário necessita, encaminha-o para outra localidade que ofereça. Esse encaminhamento e a referência de atenção à saúde são pactuados entre os municípios.

Quanto à gestão, os municípios são responsáveis por garantir os serviços de atenção básica à saúde e prestar serviços em sua localidade, com a parceria dos governos estadual e federal. As prefeituras administram os serviços de saúde da cidade e devem garantir, por exemplo, que haja vagas para o tratamento dos pacientes no sistema local.

Os governos estaduais criam suas próprias políticas de saúde e ajudam na execução das políticas nacionais. Além disso, os estados coordenam sua rede de laboratórios e hemocentros, definem os hospitais de referência e gerenciam os locais de atendimentos complexos da região.

Cabe à União, por sua vez, coordenar os sistemas de saúde de alta complexidade e de laboratórios públicos. Por meio do Ministério da Saúde (MS), a União planeja, cria normas, avalia e fiscaliza o SUS em todo o país. O ministério responde pela metade dos recursos da área, cuja verba é prevista anualmente no Orçamento Geral da União.

Os percentuais de investimento financeiro de cada ente são definidos, atualmente, pela Lei Complementar nº 141/2012, que definiu o percentual de, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos em ações e serviços de saúde de municípios e do Distrito Federal; 12% para os estados; e no caso da União, deve ser aplicado o valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido do percentual relativo à variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano antecedente à da Lei Orçamentária Anual.

A busca pelo Poder Judiciário como alternativa para obtenção do medicamento - que é responsável pela maioria dos processos - ou tratamento negado pelo SUS, seja por falta de previsão na Relação Nacional de Medicamentos (Rename), seja por questões orçamentárias, é um fenômeno em plena expansão no Brasil. A responsabilidade, nesses casos, pode ser compartilhada entre as três esferas de poder.

A política específica para a oferta de medicamentos do SUS é definida, quanto ao seu financiamento, em básico, estratégico e especializado. As medicações básicas são adquiridas pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, dependendo do pacto feito na região. Os medicamentos estratégicos, como insulina e os incluídos em programas nacionais como Saúde da Mulher, Tabagismo e Alimentação e Nutrição, são obtidos pelo Ministério da Saúde.

Já os medicamentos excepcionais, considerados de alto custo ou para tratamento continuado, como para pós-transplantados, síndromes, e insuficiência renal crônica, são comprados pelas secretarias de saúde e o ressarcimento a elas é feito mediante comprovação de entrega ao paciente. Os medicamentos para DST/Aids, por sua vez, são comprados pelo ministério e distribuídos para as secretarias de saúde.

Segundo informações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), em média, o governo federal repassa 80% do valor dos medicamentos excepcionais, dependendo dos preços conseguidos pelas secretarias de saúde nos processos licitatórios.

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88545-cnj-servico-como-e-feita-a-gestao-financeira-da-saude-no-brasil>

Aberta seleção de artigos para terceira edição da Revista CNJ

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** abre nesta segunda-feira (11/3) chamada pública de artigos a serem publicados no terceiro volume da Revista **CNJ**.

Esta edição seguirá a temática "Poder Judiciário: eficiência, transparência e responsabilidade" e será lançado na plataforma OJS (Open Journal Systems), software que automatiza a editoração e administra todas as etapas da publicação do periódico eletrônico. O terceiro volume da revista traz novidade, também, na forma de avaliação dos artigos científicos, que seguirá o sistema double blind peer review, de avaliação às cegas.

Editor da revista e secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão do **CNJ**, o juiz Richard Pae Kim entende que a nova plataforma ampliará a divulgação do conhecimento científico relativo ao Poder Judiciário e espera que os artigos científicos publicados contribuam para a melhoria das políticas judiciárias.

Os interessados em submeter seus artigos para publicação devem acessar o endereço eletrônico da Revista **CNJ** até 20 de maio, fazer seu cadastro e submeter o documento eletronicamente, no próprio sistema. As regras e normas para publicação também constam da página.

O primeiro volume da revista, lançado em 2015, reuniu análises sistemáticas e aprofundadas sobre os principais temas relacionados à atuação do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Idealizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e pela Secretaria de Comunicação Social, a publicação fez parte da comemoração de 10 anos de instalação do **CNJ**.

Lançado em 2018, o segundo volume reuniu análises de conteúdos institucionais produzidos no âmbito do **CNJ**. "O **Conselho Nacional de Justiça** e a Academia", "**Tribunal do Júri**: Condenações e Absoluções" e "Interoperabilidade e Violência Institucional no Sistema Prisional" foram alguns dos artigos publicados.

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88552-aberta-selecao-de-artigos-para-terceira-edicao-da-revista-cnj>

Conselheiros se reúnem nesta terça para a 286ª Sessão Ordinária

Os membros do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** se reúnem nesta terça-feira (12/3) para realizar sua 286ª Sessão Ordinária. A reunião plenária acontece à tarde, em Brasília, e tem 14 itens na pauta.

Entre os processos a serem julgados, está a ratificação de liminar concedida pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, em Pedido de Providências sobre o aumento do auxílio-alimentação de magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A decisão em análise impediu os pagamentos de quaisquer diferenças de auxílio-alimentação, retroativo a 2011, a desembargadores e juízes de Pernambuco.

Há ainda uma consulta da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) sobre a possibilidade de os magistrados poderem ser titulares de "empresas individuais", entre outros itens da pauta.

Os interessados podem acompanhar a sessão, ao vivo, por meio da TV Plenário. Acesse aqui a íntegra da pauta.

Antes de começar a sessão, os conselheiros do **CNJ** participam da assinatura do termo de cooperação técnica entre o **CNJ**, o Colégio Nacional dos Defensores Públicos (Condege) e a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) sobre a união de esforços para o desenvolvimento de ações contra a superlotação prisional e de iniciativas para a garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade.

Após a sessão plenária, os presidentes do **CNJ**, ministro Dias Toffoli, e do Instituto Innovare, Sérgio Renault, firmam termo de cooperação técnica que prevê partilha de dados entre as duas instituições e o desenvolvimento de ações conjuntas. Um dos objetivos da parceria é estimular e difundir práticas de modernização, eficiência e acessibilidade da Justiça.

Na sequência, haverá a reunião do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, criado conjuntamente pelo **CNJ** e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O colegiado tem como prioridades ações no sistema de Justiça em resposta à catástrofe de Brumadinho e a tragédia ambiental de Mariana - ambas provocadas

por rompimento de barragens em Minas Gerais -, o incêndio na Boate Kiss, na cidade gaúcha de Santa Maria, em 2013, que deixou 234 mortos e 633 feridos, e a Chacina de Unaí, em que foram assassinados fiscais do Ministério do Trabalho no município mineiro de Unaí, em 2004.

Paula Andrade

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88553-conselheiros-se-reunem-nesta-terca-para-a-286-sessao-ordinaria>

Padrasto é preso suspeito de abusar da enteada de 6 anos em Jaguaré (Promoções)

Por: Leonardo Goliver

Um homem de 33 anos foi preso suspeito de estuprar a própria enteada em Jaguaré, no Norte do Estado. O crime foi descoberto na madrugada deste domingo (10), após a criança reclamar de dores e ser levada ao hospital.

A criança foi atendida pela médica de plantão que, ao examinar as partes íntimas, notou uma abertura no hímen vaginal incomum em crianças com a idade da vítima. A médica então questionou se alguém tocou a menina e a mesma confirmou o abuso.

Ao constatar o abuso, o hospital acionou a Polícia Militar que foi até o local. O padrasto da vítima foi abordado ao chegar ao hospital para entregar um documento. Ele foi preso e levado para a delegacia do município. Segundo a PM, a criança mora com a mãe, o padrasto e dois irmãos.

A médica não soube informar se ocorreu conjunção carnal. O Conselho Tutelar de Jaguaré foi acionado e conduziu a criança e a mãe até a delegacia.

A Polícia Civil informou que o suspeito foi autuado em flagrante por estupro de vulnerável. Ele foi encaminhado ao presídio, onde passará por audiência de custódia. A PC disse ainda que também foi cumprido um mandado de prisão preventiva. O mandado é da 4ª **Vara Criminal** de Linhares, porém não foi informado por qual crime.

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/03/padrasto-e-preso-suspeito-de-abusar-da-enteada-de-6-anos-em-jaguare-1014171558.html>

Padrasto é preso suspeito de abusar da enteada de 6 anos em Jaguaré

Um homem de 33 anos foi preso suspeito de estuprar a própria enteada em Jaguaré, no Norte do Estado. O crime foi descoberto na madrugada deste domingo (10), após a criança reclamar de dores e ser levada ao hospital.

A criança foi atendida pela médica de plantão que, ao examinar as partes íntimas, notou uma abertura no hímen vaginal incomum em crianças com a idade da vítima. A médica então questionou se alguém tocou a menina e a mesma confirmou o abuso.

Ao constatar o abuso, o hospital acionou a Polícia Militar que foi até o local. O padrasto da vítima foi abordado ao chegar ao hospital para entregar um documento. Ele foi preso e levado para a delegacia do município. Segundo a PM, a criança mora com a mãe, o padrasto e dois irmãos.

A médica não soube informar se ocorreu conjunção carnal. O Conselho Tutelar de Jaguaré foi acionado e conduziu a criança e a mãe até a delegacia.

A Polícia Civil informou que o suspeito foi autuado em flagrante por estupro de vulnerável. Ele foi encaminhado ao presídio, onde passará por audiência de custódia. A PC disse ainda que também foi cumprido um mandado de prisão preventiva. O mandado é da 4ª **Vara Criminal** de Linhares, porém não foi informado por qual crime.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/03/padrasto-e-preso-suspeito-de-abusar-da-enteada-de-6-anos-em-jaguare-1014171558.html>